

# A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO DE LUANDA NO PERÍODO FINAL DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS, 1781-1844

José C. Curto \*

Raymond R. Gervais \*\*

Os demógrafos e os historiadores sempre se queixaram da não-existência de fontes quantitativas, necessárias para a reconstrução do passado populacional de África, para o período anterior à viragem do século dezanove. Apesar de isto ser verdade para a maioria das regiões do interior do continente, está longe ser correcto para os centros urbanos costeiros sob o controle dos impérios europeus. Na realidade, existem muito mais dados sobre a população dessas cidades portuárias africanas, anteriores aos finais do século XIX, do que geralmente se julga. <sup>1</sup> Um caso paradigmático é o de Luanda, a capital

---

\* Department of History – York University

\*\* Center for Developing Areas Studies – McGill University

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, Raymond F. Betts, "Dakar: Ville Impériale (1857-1960)," in R. Ross e G. J. Telkamp, eds., *Colonial Cities: Essays on Urbanism in a Colonial Context* (Dordrecht, 1985), 193-206; António Carreira, "A Evolução Demográfica de Cabo Verde," *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* 24 (1969) 474-500; idem, "A Ilha de Maio, Alguns Aspectos Sociais e Demográficos," *Revista do Centro de Estudos de Demográficos* 18 (1970) 145-168; idem, "A Ilha de Maio, Demografia e Problemas Sociais e Económicos," *Revista do Centro de Estudos de Demográficos* 19 (1971) 31-73; idem, *Cabo Verde: Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)* (2ª edição, Lisboa, 1983; originalmente publicada em 1972); idem, "O Primeiro 'Censo' de População da Capitania das Ilhas do Cabo Verde (1731)," *Revista de História e Economia Social* 13 (1984) 51-66; Henry J. Dubester, *Population Census and Other Official Demographic Statistics of Africa [Not Including British Africa]: An Annotated Bibliography* (Washington, 1950); Marie Hélène Knight-Baylac, "La vie à Gorée de 1677 à 1798," *Revue française d'Histoire d'Outre-Mer* 57 (1970) 377-420; Robert R. Kuczynski, *Demographic Survey of the British Colonial Empire* Vols. 1 e 2 (London, 1948-1949); John R. Pinfold, *African Population Census Reports: A Bibliography and Checklist* (Munich, 1985); Robert Ross, "The 'White' Population of

colonial de Angola, sobre a qual foi encontrado, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa<sup>2</sup>, um grande número de censos dos finais do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

Abrangendo o período que vai dos inícios de 1770 até meados de 1840, estes documentos quantitativos constituem uma mina de informação, fornecendo pistas, que, de outro modo, não se poderiam obter, sobre a população de Luanda durante um período crucial da sua história. Em primeiro lugar, permitem-nos não só compreender como a administração central de Lisboa entendia a produção de dados demográficos sobre as colónias, como também visualizar os habitantes de um distante entreposto do império português no atlântico-sul. Em segundo lugar, estes censos fornecem uma oportunidade única para reconstruir a evolução geral dos habitantes de Luanda. Em terceiro lugar, uma vez que a capital colonial de Angola era, naquele tempo, uma das cidades portuárias que mais exportava escravos ao longo da costa oeste de África, estes dados permitem-nos determinar os efeitos que o comércio atlântico de escravos teve numa população específica durante um determinado período de tempo. Começaremos com uma análise do contexto em que se inseriram os censos de Luanda. Examinaremos, em seguida, a produção destas fontes quantitativas, realçando a informação aí contida, indicaremos as áreas mais problemáticas destes dados, e apontaremos os meios

---

South Africa in the Eighteenth Century," *Population Studies* 29 (1975) 217-230; idem, "Cape Town (1750-1850): Synthesis in the Dialectic of Continents," in Ross and Telkamp, *Colonial Cities*, 105-121; University of Texas, Population Research Center, *International Census Bibliography: Africa* (Austin, 1965); José C. Venâncio, "Espaço e Dinâmica Populacional em Luanda no Século XVIII," *Revista de História Económica e Social* 14 (1984) 67-97; e A. McDaniel, *Swing Low Sweet Chariot: The Mortality Cost of Colonizing Liberia in the Nineteenth Century* (Chicago, 1995).

<sup>2</sup> Estes documentos são parte de uma coleção de 350 censos populacionais abrangendo Luanda, Benguela, e as subdivisões militares-administrativas interiores de Angola, sob domínio efectivo ou nominal dos portugueses, de 1773 a meados de 1840. Os relatórios desta coleção aparecem em José C. Curto, "The Angolan Manuscript Collection of the Arquivo Histórico Ultramarino, Lisbon: Toward a Working Guide," *History in Africa* 15 (1988) 163-189; e idem, "Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África: uma análise dos principais estudos quantitativos," *Revista Internacional de Estudos Africanos* 14-15 (1991) 274. A descrição completa destes censos populacionais de Angola pode ser encontrada em idem, "Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa: The Case of Angola, 1773-1845," *Annales de démographie historique* (1994) 319-338. O Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA) não parece possuir quaisquer dados sobre os censos de Luanda que não existem no AHU.

para a sua utilização. Seguidamente, daremos uma visão geral das mudanças demográficas mais significativas que aconteceram. O nosso artigo terminará com uma explicação das transformações ocorridas na população entre 1781 e 1844.<sup>3</sup> Este artigo aborda de forma directa três grandes problemáticas. Uma é o continuado estudo a-histórico da demografia de África, onde “a ausência de uma compreensão histórica dos factos e dinâmicas das populações africanas, baseada numa investigação centralizada e local, levou à criação e perpetuação de mitos notáveis sobre as populações africanas do passado.”<sup>4</sup> Outra envolve as “lacunas significativas de investigações anteriores, com muito pouca substância disponível relativamente a alguns dos maiores portos de comércio escravo,”<sup>5</sup> que limitam a historiografia da África ocidental. E por ultimo mas não menos importante, abordaremos a falta de “qualquer tentativa de observar as ligações entre os portos de comércio escravo à volta do Atlântico,”<sup>6</sup> uma lacuna que limita grandemente a nossa compreensão do comércio escravo numa perspectiva verdadeiramente atlântica.

## I. O contexto administrativo dos censos de Luanda

A produção de dados quantitativos sobre população, no que se refere a Luanda, tem uma longa história. Fundada em 1576 como o porto marítimo a partir do qual os portugueses iriam construir a colónia de Angola, a administração colonial embrionária aí estabelecida logo começou a produzir estatísticas sobre os seus habitantes. A partir dos finais de 1590, os eclesiásticos começaram a registar os

---

<sup>3</sup> Os autores gostariam de agradecer a Dennis D. Cordell, Manolo G. Florentino, Danielle Gauvreau, Paul E. Lovejoy, Joseph C. Miller, Marc Stein, e aos revisores anónimos desta Revista pelas suas críticas construtivas e comentários sobre esboços anteriores deste artigo. Aplicam-se as regras usuais constantes da cláusula de desresponsabilização.

<sup>4</sup> Dennis D. Cordell, “African Historical Demography in the Years since Edinburgh,” *History in Africa* 27 (2000) 61.

<sup>5</sup> Robin Law e Silke Strickrodt, “Introduction,” in Robin Law e Silke Strickrodt, eds., *Ports of the Slave Trade (Bights of Benin and Biafra): Papers from a Conference of the Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, June 1998* (Stirling: Occasional Paper No. 6, Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999), 2.

<sup>6</sup> David Eltis, Paul E. Lovejoy, e David Richardson, “Slave-Trading Ports: Towards an Atlantic-Wide Perspective,” in *ibid.*, 12.

baptizados, casamentos e funerais que celebravam nesta nova cidade portuária de África central ocidental, de forma a que os acontecimentos importantes pudessem ser devidamente registados.<sup>7</sup> Sensivelmente nessa mesma altura, o pessoal administrativo começou a contagem dos soldados do governo estacionados em Luanda, onde a maioria das tropas coloniais tinham a sua base<sup>8</sup>, de modo a calcular a força ou debilidade militar da colónia emergente. Por último, a população crescente deste centro costeiro urbano tornou-se, igualmente, objecto de estatísticas agregadas,<sup>9</sup> possivelmente com o intuito de determinar as suas responsabilidades fiscais. Contudo, estas estatísticas populacionais eram muito limitadas no seu âmbito. Desta forma, enquanto que os acontecimentos impor-

<sup>7</sup> Em Portugal, a produção de registos paroquiais das estatísticas vitais, requerida pelo Concílio de Trento em 1563, foi institucionalizada pelas *Constituições de Coimbra* de 1591. Mais tarde, na mesma década, este requisito foi alargado às colónias portuguesas. Veja-se Maria L. Marcílio, "Dos Registos Paroquiais à Demografia Histórica no Brasil," *Anais de História* 2 (1971) 85-86 e M. Felix, "Les registres paroissiaux et l'état civil au Portugal," *Archivum* 8 (1958) 89-94. No caso de Luanda, contudo, os registos conhecidos mais antigos de baptismos, casamentos e funerais, datam apenas dos finais da década de 1730. Veja-se Carlos Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira: O Homem e a Sua Época* (Luanda, 1990), 273. No que diz respeito aos registos dos baptismos, especificamente, existe documentação para certas partes do vizinho Reino do Congo a partir dos inícios de 1600. Veja-se John K. Thornton, "Demography and History in the Kingdom of Kongo, 1550-1750," *Journal of African History* 18 (1977) 507-530.

<sup>8</sup> A primeira contagem deste género foi na realidade feita pelos jesuítas em 1594. Veja-se "História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus, 1 de Maio de 1594," in António Brásio, ed., *Monumenta Missionaria Africana* 1ª série 4 (1954) 565. A partir do final do século XVI, esta informação passou a ser da responsabilidade de cada recém-nomeado Governador. Veja-se "Regimento do Governador de Angola (Manuel Pereira Forjaz) 26 de Março de 1607," in Brásio, *Monumenta Missionaria Africana* 1ª série 5 (1955) 266-267 e a "Relação da gente de guerra, artilharia e munições de Angola (Agosto e Setembro de 1625?)," in Beatrix Heintze, ed., *Fontes para a História de Angola do Século XVII: Memórias, Relações, e outros Manuscriptos da Colectânea Documental de Fernão de Sousa, 1622-1635* (Estugarda, 1985), vol. 1, 165-169.

<sup>9</sup> O anónimo "Estabelecimento e Resgates Portuguezes na Costa Occidental de Africa, 1607," in Luciano Cordeiro, ed., *Viagens, Explorações e Conqistas dos Portuguezes: Collecção de Documentos* (Lisboa, 1881), 22, menciona cerca de 300 europeus residentes em 1607; Garcia Mendes Castello Branco, "Da Mina ao Cabo Negro: 1574-1620," in *ibid.*, 31, enumera cerca de 400 em 1620; Diogini de Carli da Piancenza e Michel Angelo da Reggio, "A Voyage to Congo in the Years 1666 and 1667," in John Churchill, ed., *A Collection of Voyages and Travels* (London, 1732), vol.1, 485-519, regista 3000 em meados da década de 1660; Giuseppe Monari da Modena, in Evaristo Gatti, *Sulle Terre e sui Mari* (Parma, Italy 1931), 111, mostra 5000 em 1711; e Rosario del Parco in L. Jadin, "Aperçu de la Situation au Royaume du Congo," *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome* 35 (1963) 359, regista apenas 500 por volta de 1760.

tantes registados diziam respeito exclusivamente à população cristã, a maioria das contagens militares e estimativas agregadas de população preocupavam-se acima de tudo, e em primeiro lugar, com os europeus.<sup>10</sup> Só no último terço do século XVIII começaram a ser produzidas estatísticas mais completas sobre os residentes de Luanda.

Muito influenciado pela preocupação do Iluminismo pelos dados estatísticos, o Marquês de Pombal desenvolveu, durante os últimos anos do seu reinado como governante *de facto* de Portugal (1750-1777), um enorme interesse em obter informação quantitativa precisa sobre a população que residia nas colónias do ultramar. Como acontecia com os contemporâneos impérios Britânico, Francês e Espanhol, as razões desta nova preocupação de Pombal eram ao mesmo tempo militares e fiscais. No caso de Angola, não só era a colónia objecto de um crescente invasão da França e Inglaterra, como também as receitas que gerava para a coroa portuguesa tinham vindo a diminuir lentamente devido à quebra na exportação de escravos. Como forma de se preparar para os perigos associados ao aumento da presença de impérios estrangeiros, e para determinar a quantidade de impostos que podia ser cobrada aos indivíduos sob o domínio, efectivo ou nominal, português, Pombal decidiu implementar a prática dos censos em Angola.<sup>11</sup>

Em 1772, Pombal pediu ao Ministro responsável pelas colónias portuguesas ultramarinas, Martinho de Melo e Castro, para elaborar um conjunto de instruções para António de Lencastre, o recém-nomeado governador de Angola, muito diferentes daquelas dadas a anteriores nomeados. As novas directivas ordenavam, especificamente, que se fizessem censos nos centros costeiros urbanos, na África central ocidental, sob o domínio português.<sup>12</sup> O Governador

---

<sup>10</sup> No caso específico das estimativas agregadas da população existem três excepções. O anónimo "Mapa das regiões circunvizinhas de Luanda com uma minuciosa descrição." in Heintze, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, vol. 1, 163-164, avança com um pouco plausível total de 40000 almas em 1622. Este mesmo número é igualmente mencionado por um missionário dos finais da década de 1670. Veja-se a Carta de Fra Paolo Francesco del Porto-Mauricio, 8 de Maio de 1679, in E. de Jonghe e Th. Simar, eds., *Archives Congolaises* (Brussels, 1919), 100. Por último, Antonio Zuchelli, *Relazione del Viaggio e Missione di Congo* (Venice, 1712), 102, indica 50000 residentes nos finais da década de 1690, dos quais 40000 estão registados como negros, 6000 como mulatos, e 4000 como brancos.

<sup>11</sup> Curto, "Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa," 322.

<sup>12</sup> Veja-se Carlos A. M. de Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estudo da Sua Actuação* (Luanda, 1972), 110.

Lencastre chegou à capital colonial de Angola no final de 1772. Dentro de um ano, já tinha enumerado todos os habitantes de Luanda.<sup>13</sup> Esta foi a primeira contagem real da população feita na colónia.

Nos anos imediatamente a seguir à contagem de 1773, não foram feitas mais contagens da população em Luanda. Pombal foi retirado do seu cargo em 1777 e, a partir daí, o interesse metropolitano na informação quantitativa sobre os habitantes da capital colonial de Angola diminuiu.<sup>14</sup> Uma segunda contagem só voltou a ser organizada durante 1781.<sup>15</sup> Para além disso, tiveram de se passar mais dezasseis anos para que fossem realizados outros censos nesta cidade.

Em 1796, Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de Francisco Innocência de Sousa Coutinho, que tinha governado Angola (1764-1772) durante parte da era Pombal, sucedeu a Martinho de Melo e Castro como Ministro das Colónias Ultramarinas Portuguesas. Sousa Coutinho herdou dois problemas prementes do seu predecessor: primeiro, tanto a França como a Inglaterra intensificaram a sua invasão ao longo da costa angolana, durante a década de 1780 e a primeira metade da década de 1790; em segundo lugar, o problema do aumento das receitas da Coroa na colónia continuava sem solução. Para fazer face à ameaça gerada pela invasão de potências

---

<sup>13</sup> "Mappa das pessoas que Rezidem nesta Cidade de São Paulo d'Assumpção. R.no de Angolla, nas quaes senão comprehendem Mellitares [1773]." Arquivo Histórico Ultramarino, Angola, Cx. 57, Doc. 34. De acordo com a terminologia utilizada no AHU, Cx. significa *caixa*, enquanto que Doc. se refere a documento.

<sup>14</sup> Note-se que, tanto em 1777 como em 1778, foram realizadas contagens por toda a colónia de Angola: "Mappa de todos os Moradores, e Habitantes deste Reyno de Angola, e suas conquistas 1777," AHU, Angola, Cx. 61, Doc. 87; e "Mappa de todos os Moradores, e Habitantes deste Reyno de Angola, e suas conquistas 1778," AHU, Angola, Cx. 62, Doc. 67. Estes censos estão publicados em *Arquivos das Colônias* 3 (1918) 176 e 178, respectivamente. Teoricamente, cada um deles abrangia Luanda e o seu interior. Veja-se Curto, "Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em Africa," 255. Contudo, a capital colonial de Angola não era, nessa altura, objecto de um censo específico. Uma análise das contagens populacionais de 1777-1778 pode ser encontrada em John K. Thornton, "The Slave Trade in Eighteenth Century Angola: Effects on Demographic Structures," *Canadian Journal of African Studies* 14 (1980) 417-427.

<sup>15</sup> "Relação dos Habitantes desta Cidade de São Paulo d'Assumpção do Reyno de Angolla no anno de 1781," AHU, Angola, Cx. 64, Doc. 64. Todavia, as directivas ordenando a sua produção não foram localizadas entre a documentação angolana nem no AHU nem no AHNA.

imperiais estrangeiras, e para calcular a quantidade de impostos que podia ser cobrada da população sob o domínio, efectivo ou nominal, de Portugal, Sousa Coutinho decidiu não só retomar a prática dos censos em Angola, como também tornar a produção de dados demográficos numa operação anual.<sup>16</sup>

No dia 14 de Setembro de 1796, Sousa Coutinho enviou uma circular ao Governador de Angola ordenando que fossem realizados, anualmente, a partir daí, censos da população de todos os *presídios* ou unidades militar-administrativas do interior, distritos e cidades portuárias da colónia.<sup>17</sup> Esta nova directiva levou, logo no início de 1797, a uma terceira contagem em Luanda.<sup>18</sup> Seguiu-se-lhe, no final de 1797,<sup>19</sup> uma quarta contagem populacional. Deste modo, a prática dos censos institucionalizou-se, tendo sido realizadas contagens em Luanda, quase sempre todos os anos.

Na realidade, de 1798 até ao final de 1832, realizaram-se, pelo menos, vinte e cinco censos dos habitantes de Luanda, de que se tenha conhecimento.<sup>20</sup> Contudo, uma série de factores impediam, periodicamente, a produção local de informação demográfica e

<sup>16</sup> Curto, "Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa," 327.

<sup>17</sup> Sousa Coutinho para o Governador Manuel de Almeida e Vasconcelos, 14 de Setembro de 1796, AHNA, Códice 253, fls. 102v-104v. Veja-se também do Governador Miguel António de Melo para Sousa Coutinho, 3 de Dezembro de 1797 e 21 de Novembro de 1797. *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 66-67 (1959) 151 e 2ª série, nos. 37-40 (1938) 19-23, respectivamente. Caio Prado, Jr., *The Colonial Background of Modern Brazil* (Berkeley, 1967), 26, mostra que por volta da mesma altura, instruções similares, se não iguais, foram também enviadas para os governadores do Brasil. A directiva de 1796 representa, assim, uma tentativa de retomar a prática dos censos na maior parte do império sul-atlântico português.

<sup>18</sup> "Mappa das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade de São Paulo d'Assumpção em observencia das Reaes Ordems de Sua Magestade de que he Sargento Mor, & Commandante Joze de Abreu Castello Branco Pimentel, demonstrando-se igualmente todos of fogos a elle respectivos [1796]." AHU, Angola, Cx. 86, Doc. 6.

<sup>19</sup> "Mappa do Estado actual das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade [São Paulo d'Assumpção, 1797] bem como dos Indviduos que Servem nas Tropas pagas desta mesma Cidade e a final a demonstracção que produzio a Revista passada em o 1o de Janeiro do Corrente anno por Ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Dom Miguel Antonio de Mello," AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41.

<sup>20</sup> Veja-se a Tabela I. Um documento extraordinário encontrado no Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Luanda (AHBML), Códice 45, contém os resultados dos censos anuais relativos ao sexto bairro da cidade, Nossa Senhora do Rosario, entre 1822 e 1832. Isto sugere que também se realizarem censos por toda a Luanda em 1822, 1824, 1827, e 1828. Veja-se igualmente a nota 21.

quantitativa.<sup>21</sup> Durante 1800-1801, por exemplo, a incerteza causada pela guerra na Europa e a preocupação do governo colonial de Angola em ultrapassar a resistência a reformas fiscais, parece ter interrompido a produção da maior parte dos dados administrativos. Do mesmo modo, as perturbações provocadas pela fuga da corte portuguesa para o Brasil, arrastando atrás de si a maioria da nobreza, burocracia e classe mercantil, parecem ter coarctado, de forma efectiva, as tentativas de compilação da informação numérica, em 1808 e em 1809. As revoltas provocadas pela tentativa da metrópole em forçar a Coroa portuguesa a regressar a Lisboa, e a subsequente declaração de independência do Brasil, parecem, por

---

<sup>21</sup> Estão disponíveis alguns números para alguns dos anos em falta. Raimundo José da Cunha Matos, *Compendio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal nos Mares e Continentes da Africa Oriental e Occidental* (Rio de Janeiro, 1963, mas escrito durante os meados da década de 1830), 332, elaborado a partir de um Relatório da Comissão Ultramarina das Côrtes Portuguesas, fornece informação quantitativa sobre a população branca e mulata de Luanda em 1821. Contudo estes números são exactamente os mesmos que os encontrados no censo de 1819. Baseado em informação fornecida pelo Conde António de Saldanha da Gama, Governador de Angola durante 1807-1810, T. Edward Bowdich, *An Account of the Discoveries of the Portuguese in the Interior of Angola and Mozambique* (London, 1824), 8, enumera, por outro lado, a população de Luanda, em cerca de 8000, incluindo 1500 tropas governamentais. Cunha Matos, *Compendio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal*, 333, fornece igualmente informação sobre a população da capital colonial de Angola em 1828, enumerando 5128 habitantes. Outros números para 1828 são fornecidos por Jean Baptiste Douville, *Voyage au Congo et dans l'intérieur de l'Afrique équinoxiale 1828, 1829, 1830* (Paris, 1832), vol. 1. Na pág. 39 é feita uma listagem de um total de 5152 habitantes. Mas na pag. 258, Douville fornece números ligeiramente diferentes: total da população 5200, incluindo 2050 homens e 3150 mulheres, dos quais 1700 eram escravos. Os quase idênticos totais absolutos apresentados por Cunha Matos e Douville, para 1828, foram, provavelmente, retirados de um censo que já não existe nos arquivos de Portugal ou de Angola. Contudo outros números, desta vez dizendo respeito a 1833-1834, são fornecidos por Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, um mulato de Luanda exilado na metrópole, na sua *Memoria Geografica e Politica das Possessões Portuguezas n'Africa Occidental, que diz Respeito aos Reinos de Angola, Benguela e suas Dependencias* (Lisbon, 1834), 8. De acordo com esta fonte, a capital colonial de Angola tinha, então, uma população de entre 11000 a 12000 habitantes. Destes, 2000 eram brancos e 2000 a 3000 mulatos, enquanto que os restantes eram presumivelmente negros. Este cálculo é totalmente contrário aos números dos censos apresentados na Tabela III para 1830-1832. A razão poderá ser que Carvalho e Menezes incluiu no seu cálculo escravos transitórios, cativos que aguardavam ser embarcados para o outro lado do Atlântico. Uma outra fonte, Tito Omboni, *Viaggi nell'Africa Occidentale: Già Medico di Consiglio Nel Regno d'Angola e Sue Dipendenze Membro Della R. Accademia Peloritana di Messina* (Milan, 1855), 107, conta a população permanente de Luanda, em 1834, em cerca de 6000, um número relativamente próximo do encontrado nos censos do início da década.

sua vez, ter paralisado a administração colonial durante os inícios da década de 1820.<sup>22</sup> Para além disso, a ansiedade criada entre os funcionários públicos locais devido à iminente proibição do comércio escravo no atlântico-sul e à incerteza da existência de Luanda sem o seu único capital económico (a exportação de escravos) explica, provavelmente, a produção esporádica de dados demográficos durante os finais da década de 20.<sup>23</sup>

Se a prática dos censos em Luanda era periodicamente interrompida, entre os finais da década de 1790 até inícios de 1830, o processo parou por completo entre 1833 e 1844. Este último período foi particularmente complicado, caracterizado por um caos administrativo, resultando da sucessão de governos constitucionais em Lisboa e suas diferentes políticas coloniais, uma elevada, e pouca usual, mudança de governadores em Angola, e um cepticismo persistente em relação à própria existência da colónia, que se implantou a seguir à independência do Brasil e à proibição do comércio escravo no atlântico-sul.<sup>24</sup> Apesar de todos estes problemas, o governo central de Lisboa continuava a insistir junto dos governadores de Angola sobre a necessidade da produção de dados demográficos. Assim, nos finais de 1835, o governo central ordenou ao triunvirato, que governava naquela altura a colónia, para realizar e impulsionar os censos.<sup>25</sup> Contudo, esta directiva não obteve os resultados desejados. As instruções dadas a Lourenço Germack Possollo, que passou a governar Angola nos finais de 1843, solicita-

---

<sup>22</sup> Sobre isto, veja-se especialmente, Joseph C. Miller, "Imports at Luanda, Angola, 1785-1823," in G. Liesegang, H. Pasch, e A. Jones, eds., *Figuring African Trade: Proceedings of the Symposium on the Quantification and Structure of the Import and Export and Long Distance Trade of Africa in the 19th Century (c. 1800-1913)* (Berlin, 1983), 180-183.

<sup>23</sup> Veja-se, por exemplo, Maria J. B. de Moraes Gomes, "Angola no Tempo do Governador Nicolau de Abreu Castelo Branco (1824-1830)," Tese de Mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, 1964; e Manuel dos A. da Silva Rebelo, *Relações Entre Angola e Brasil, 1808-1830* (Lisboa, 1970), 221-306. A proibição do tráfico escravo no Atlântico-sul tornou-se efectiva em Março de 1830.

<sup>24</sup> Os estudos mais importantes para este período são: Mário A. Fernandes de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas (1834-1851)* (Lisboa, 1981), especialmente 67-102; e Anne Stamm, "L'Angola à un Tournant de Son Histoire 1838-1848," Dissertação de Doutoramento não publicada, École Pratique des Hautes Études (Paris), 1972.

<sup>25</sup> Ver a sinopse desta directiva, datada de 30 de Outubro de 1835, in Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola*, 322.

vam, especificamente, que a prática dos censos fosse retomada.<sup>26</sup> No entanto, em meados de 1844, Lisboa continuava a recomendar veementemente a Possollo que este seguisse a directiva de 1835, indicando que as suas instruções sobre este assunto ainda não tinham sido aplicadas.<sup>27</sup> Muito provavelmente como resultado desta quantidade de directivas, realizou-se, finalmente, uma última contagem antes de 1850, nos inícios de 1845.<sup>28</sup>

Depois de 1796, o governo central de Lisboa esperava sempre uma contagem anual da população de Luanda. Certamente que estaria consciente que os acontecimentos, tanto na capital colonial de Angola como noutros lugares do mundo atlântico, poderiam levar a uma interrupção periódica deste processo, como ocorreu durante a primeira e terceira décadas de 1800. Contudo, as directivas de 1835 e 1843-1844 mostraram que estas interrupções foram apenas aceitáveis durante alguns anos. Na mente dos administradores do governo central, os habitantes de Luanda haviam-se tornado bens quantificáveis de forma a serem melhor controlados para propósitos militares e fiscais.

## II. A produção dos censos de Luanda, problemas e soluções

No total, entre 1773 e 1844, realizaram-se, que se saiba, pelo menos trinta censos da população de Luanda. Quem foi o responsável pela sua realização? No que se refere às primeiras contagens, existe muito pouca informação. O que se sabe é que as instruções de 1772, dadas ao Governador Lencastre, exigiam especificamente que ele pedisse aos magistrados locais e aos padres das paróquias, as

<sup>26</sup> "Instruções com que veiu o Senhor Governador Geral Lourenço Germack Possollo," 28 de Outubro de 1843. *Arquivos de Angola* 1<sup>a</sup> série, no. 15 (1936) 708 e 712.

<sup>27</sup> Veja-se a sinopse desta carta datada de 19 de Agosto de 1844, in Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola* 329.

<sup>28</sup> Veja-se José C. Curto, "The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850," *International Journal of African Historical Studies* 32 (1999) 385. Esta última contagem populacional pré-1850 está apenas publicada nos resumos dos censos que foram realizados em cada cidade portuária, em cada *presídio*, e distrito da colónia, no início de 1845. O resumo apareceu primeiro publicado sob o título de "Mappa da População de Angola [1845]," in José J. Lopes de Lima, *Ensaio Sobre a Estatística das Possessões Portuguezas* (Lisbon, 1846), vol. 3, parte 1, 4-A. Foi subsequentemente reproduzido em Omboni, *Viaggi Nell'Africa Occidentale*, 409. Uma reprodução mais disponível e recente foi incluída em René Pélissier, *Les Guerres Grises: Résistance et Révoltes en Angola (1845-1941)* (Montamets, França, 1977), 32.

peçoas mais qualificadas aos olhos do governo central de Lisboa, para produzirem dados demográficos de forma fiável.<sup>29</sup> No caso das contagens pós-1796, por outro lado, a documentação existente permite uma resposta mais completa. Segundo Jean Baptiste Douville, que viajou pela colónia de Angola durante 1828-1830, a prática dos censos em Benguela era da responsabilidade directa do *ouvidor* local ou do Juiz da Coroa.<sup>30</sup> Já que as contagens em Benguela resultaram da mesma directiva de 1796 que ordenava a retoma e institucionalização dos censos em Luanda, há razões para acreditar que este processo estava, também ali, entregue aos seus *ouvidores*.

Os Juizes da Coroa da capital colonial de Angola parecem ter dividido as contagens em quatro muito distintas mas potencialmente simbióticas operações de final de ano. Em primeiro lugar, os funcionários públicos de baixa e média categoria eram encarregados de elaborar uma lista nominal dos ocupantes de cada *fogo* ou domicílio em cada um dos *bairros* ou quarteirões que compunham a cidade.<sup>31</sup> Em segundo lugar, os funcionários responsáveis pelo pes-

---

<sup>29</sup> Veja-se as instruções do Governador António Lencastre, 10 de Julho de 1772, in Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 110 e a carta de Rodrigo de Sousa Coutinho para o Governador Miguel António de Mello, 21 de Outubro de 1797, AHNA, Códice 254, fls. 27v-31, publicada em *Arquivos de Angola* 1ª série, nos. 37-40 (1938) 19-23.

<sup>30</sup> Douville, *Voyage au Congo*, vol. 1, 13.

<sup>31</sup> Estas listas nominativas não são geralmente encontradas nos censos de Luanda existentes. As excepções são a enumeração parcial de 1773 e "Alistamento do 6o Bairro (mappa de fogos, habitantes, etc) 1823-32," AHBML, Códice 45. Outras informações indicam claramente que as listas nominativas estiveram na base das contagens populacionais. Veja-se, por exemplo, os comentários apensos por António José de Faria ao "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1802," "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1803," "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1805," "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1806," e "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1807," in AHU, Angola: Cx. 105, Doc. 44; Cx. 109, Doc. 49; Cx. 117, Doc. 27; Cx. 118, Doc. 21; e Cx. 119, Doc. 6. As listas nominativas foram também a base das contagens populacionais contemporâneas no Brasil. Para o caso de São Paulo, veja-se Maria L. Marcillo, "Tendências e Estruturas dos Domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) Segundo as Listas Nominativas de Habitantes," *Estudos Económicos* (Universidade de São Paulo) 2 (1978) 132-133.

soal administrativo, militar e eclesiástico tinham de fornecer o número de indivíduos em cada um destes ramos do governo colonial.<sup>32</sup> Em terceiro lugar, a outros funcionários públicos era destinada a tarefa de compilar as estatísticas da emigração e imigração, a partir das duas fontes apresentadas pela administração colonial: o registo de passaportes, que continha os passes concedidos aos indivíduos em Luanda para viajarem para o estrangeiro ou para o interior; e o registo de entradas, enumerando o número de pessoas que chegava do estrangeiro (do Brasil e de Portugal, principalmente) e do interior da capital colonial de Angola.<sup>33</sup> Em quarto lugar, os padres das paróquias tinham de fornecer resumos do número de nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos, a partir dos registos de acontecimentos importantes que mantinham.<sup>34</sup> Quando estes

<sup>32</sup> Como se pode ver pela informação fornecida pelos administradores, eclesiásticos e pessoal militar. Veja-se Tabela V.

<sup>33</sup> Todos os indivíduos que viajavam no interior do Império sul-atlântico português, a partir de 1720, e no interior da colónia de Angola, depois de 1761, necessitavam de passaporte. Veja-se Dauril Alden, "Manuel Luís Vieira: An Entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's Eighteenth Century Agricultural Renaissance," *Hispanic American Historical Review* 39 (1959) 528-529; e Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*, 72-74, 257-258, e 277. Contudo, o registo de passaportes em Luanda só se tornou uma operação administrativa separada após os meados da década de 1840. Antes disso, os passaportes eram registados em duas séries de registos: *Portarias* (documentos contendo as ordens ou instruções governamentais) e *Bandos* (proclamações públicas emitidas pelo governo). Veja-se Joseph C. Miller, "The Archives of Luanda, Angola," *International Journal of African Historical Studies* 7 (1974) 579-580. No que diz respeito ao registo das pessoas que desembarcavam em Luanda, o sistema poderá ter sido semelhante ao operado no Rio de Janeiro onde, segundo Corcino Medeiros dos Santos, "Passageiros em Trânsito Pelo Porto do Rio de Janeiro," *Estudos Históricos* (Marília) 11 (1972) 83, os comandantes dos navios que chegavam eram obrigados a declarar o número de passageiros a bordo, bem como a sua nacionalidade, local de residência e idade ao comandante do Cutter, o navio cruzeiro que supervisionava o movimento de entrada e saída do porto. Ainda não foi encontrada nenhuma informação acerca de como os indivíduos que entravam em Luanda vindos do interior eram de facto registados.

<sup>34</sup> Todos os comentários apensos ao "Mappa do Estado da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção, Capital do Reyno de Angola, [1798] o qual tirou por Ordem do Illmo. e Exmo. Snr. Governador e Cappam. General do dito Reyno, Dom Miguel Antonio de Mello," AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; ao "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção, Capital do Reino de Angola, e de suas diferentes Corporações, Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1799," AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e ao "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1802," AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44, mencionam os padres das paróquias como os compiladores dos dados sobre nasci-

vários conjuntos de dados demográficos chegavam às mãos dos *ouvidores*, eram passados a um oficial do exército de alta patente que era responsável por supervisionar a sua compilação num relatório de censo, no início de cada ano.<sup>35</sup>

No entanto, a informação quantitativa produzida pelos indivíduos responsáveis pelos censos em Luanda estava longe de ser uniforme. O tipo de dados produzidos para os censos, nos finais do século XVIII, era predeterminado pelo governo central de Lisboa. A maioria das directivas governamentais, que informavam os *ouvidores* das classificações demográficas que deviam ser utilizadas, não foi localizada. Contudo, pressupondo que a informação contida em cada censo foi na realidade produzida para ir de encontro às regras específicas da metrópole, podem-se identificar cinco etapas sucessivas na produção de dados demográficos como se poder ver na Tabela II. O relatório de 1773 forneceu informação numérica sobre homens brancos, mulatos livres e escravos, e negros livres e escravos, capazes de servirem no exército (isto é aqueles entre os quinze e os cinquenta anos); mulheres brancas, mulatas livres e negras livres; e tropas governamentais por cor.<sup>36</sup> Dois grupos de indivíduos eram, contudo, excluídos das contagens: mulheres mulatas e negras escravas, que deviam constituir uma porção muito significativa da população total; e homens civis abaixo dos quinze e acima dos cinquenta anos<sup>37</sup>. A contagem de 1781 foi ao mesmo tempo mais com-

---

mentos, casamentos e óbitos. Veja-se igualmente a seguinte correspondência do Governador Melo para Sousa Coutinho, 14 de Abril 1800; a *idem*, 17 de Agosto 1801; para a Coroa, 28 de Agosto 1801; e para o Visconde de Anadia, 16 de Julho 1802 in, respectivamente, *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 66-67 (1959) 175 e nos. 103-106 (1969) 47, 56-58, e 147. Para registos disponíveis em Luanda de baptismos, casamentos e funerais, veja-se Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*, 273.

<sup>35</sup> Veja-se a Tabela I.

<sup>36</sup> "Mappa das pessoas que Rezidem nesta Cidade nas quaes senão comprehendem Mellitares [27 March 1773]," e a lista de tropas governamentais com a mesma data in AHU, Angola, Cx. 57, Doc. 34. Com a excepção dos dados sobre as mulheres, a informação produzida sobre o pessoal militar e sobre os civis masculinos capazes de servirem no exército, foi especificamente citada nas instruções de 1772 dadas ao Governador Lencastre. Veja-se Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 110.

<sup>37</sup> Estas omissões não foram detectadas em nenhuma das discussões publicadas sobre este censo: Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 109; Herbert S. Klein, "The Portuguese Slave Trade from Angola in the 18th Century," *Journal of Economic History* 32 (1972) 909; Venâncio, "Espaço e Dinâmica Populacional," 71, and 85-86; e Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830* (Madison, 1988), 271 e 292-293. Note-se, para além disto,

pleta e mais abrangente: não só foram rectificadas as exclusões dos censos parciais de 1773, como também foram feitas inovações importantes. Este segundo censo incluiu números da população total por género, grupos etários alargados (0-7, 7-15, 15-60, e >60 para os homens; e 0-7, 7-15, 15-40, e >40 para as mulheres), cor e condição social, bem como dados sobre óbitos e nascimentos por cor e género.<sup>38</sup> Por outro lado, o censo realizado no início de 1797, tinha poucas semelhanças com o anterior. Não foram obtidos nem dados sobre grupos etários alargados nem dados sobre nascimentos e óbitos, as duas inovações mais importantes do censo de 1781. Porém, a população civil e o pessoal administrativo foram, pela primeira vez, contados separadamente.<sup>39</sup> O pessoal administrativo, indivíduos que pertenciam ao governo colonial, foram divididos em burocratas, tropas e eclesiásticos;<sup>40</sup> a população civil, habitantes livres e escravos, que não pertenciam ao governo colonial, foi enumerada segundo o seu género, cor e condição social.<sup>41</sup> As contagens dos finais de 1797 e de 1798 provaram, uma vez mais, serem muito diferentes. As duas enumeravam o número de civis por género, cor e condição social, e dividiam o pessoal administrativo em burocratas, tropas governamentais e eclesiásticos. Mas, mais importante de

---

que os dados fornecidos para um dos grupos enumerados, mulheres livres, são muito suspeitos. Foram apenas encontradas 73 mulheres livres a residir em Luanda, o que representa 3,4% das 612 tropas governamentais e foram contados 1519 civis livres e escravos. Destas, 37 foram registadas como brancas, 32 como mulatas, e apenas 4 como negras. Uma vez que as mulheres mulatas e negras livres, por si só, perfaziam 8,8% e 8,4% respectivamente das 9755 pessoas enumeradas em 1781, podemos concluir seguramente que a contagem de 1773 das mulheres livres foi extremamente incompleta. Daí que este censo tenha sido omitido da nossa análise.

<sup>38</sup> Veja-se "Relação dos Habitantes desta Cidade no anno de 1781," AHU, Angola, Cx. 64, Doc. 64. Estas categorias demográficas são exactamente as mesmas que as encontradas nos censos gerais de 1777-1778. Veja-se "População de Angola, 1778," *Arquivos das Colonias* 3 (1918) 175-177 e "População de Angola, 1779," *ibid.*, 177-178. Consequentemente, os enumeradores de 1781 podem muito bem ter seguido as directivas organizacionais escritas cinco anos antes.

<sup>39</sup> "Mappa das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade demonstrando-se igualmente todos os fogos a elle respectivos [1796]," AHU, Angola, Cx. 86, Doc. 6.

<sup>40</sup> Apesar de abranger tanto as realidades sócio-políticas como profissionais, este agrupamento ilustra as ambiguidades do tipo de classificação dos censos designada para a população colonial de Luanda.

<sup>41</sup> Estas categorias excluíam, obviamente, os escravos exportados de Luanda, já que o seu número, à excepção de 1781, excedia de longe o total da população durante todo este período.

tudo, não só foi incluído o total agregado de nascimentos e óbitos, como também informação quantitativa sobre duas categorias totalmente novas: migrantes e domicílios.<sup>42</sup> A partir daquela data, os dados demográficos contidos em cada censo foram finalmente uniformizados. Todos os censos pos-1798 foram divididos em dois gráficos diferentes: um para civis e outro para o pessoal administrativo. Os números dos civis diziam respeito a pessoas solteiras, casadas e viúvas, nascimentos, casamentos e óbitos, emigrantes e imigrantes, ordenados por cor, género e condição social, enquanto que os dados sobre pessoal administrativo diziam respeito a burocratas, tropas governamentais e eclesiásticos, com referência, normalmente, ao seu estatuto marital. Por último mas não menos importante, todos estes censos continham caixas separadas com informação quantitativa sobre os domicílios e a distribuição ocupacional de parte da população civil.<sup>43</sup> As categorias demográficas em mudança, nos finais da década de 1700, mostraram claramente que, à medida que o processo dos censos se ia solidificando, o governo de Lisboa procurava obter dados cada vez mais completos e específicos não só sobre civis livres e escravos mas também sobre o pessoal administrativo colonial.<sup>44</sup>

Nos finais da década de 1790, a administração metropolitana tinha conseguido estabelecer uma organização bem estruturada para realizar as contagens populacionais em Luanda e tinha uniformizado a informação demográfica de que precisava. Apesar disto, o processo da realização de censos não estava isento de problemas. Nem sempre se podia contar principalmente com os párocos para fornecerem a informação requerida para os censos anuais. Por exemplo, no que

---

<sup>42</sup> Veja-se "Mappa do Estado actual das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança bem como dos Indevidos que Servem nas Tropas pagas desta mesma Cidade e a final a demonstracção que produzio a Revista passada [1797]," e "Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]," ambos em AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41. As directivas organizacionais para estes censos acompanharam o aviso de Rodrigo de Sousa Coutinho de 21 de Outubro de 1797 para o Governador Melo, *Arquivos de Angola* 1ª série, nos. 37-40 (1938) 19-23, mas ainda não foram encontradas.

<sup>43</sup> Note-se que no caso dos censos de 1826 e 1844 os dados estão apenas disponíveis em forma de resumo. Consequentemente, as categorias demográficas contidas nesses resumos não são tão detalhadas como as dos outros censos pós-1796. Veja-se Tabela II.

<sup>44</sup> Uma vontade semelhante de uma maior exactidão e periodicidade foi também imposta na elaboração dos censos no Brasil, durante os finais da década de 1790. Veja-se Maria L. Marcílio, "Les Origines des Recensements du Brésil," in Stefan Pascu, ed., *Populatie si Societate IV* (Cluj-Napoca, Romania, 1980) 26-32.

diz respeito aos acontecimentos importantes de 1797, eles apenas forneceram dados relativos aos últimos cinco meses desse ano.<sup>45</sup> Durante 1798-1801, por outro lado, as mortes de crianças, escravos ou pessoas cujos parentes fossem tão pobres que não pudessem pagar as despesas do funeral, cobradas pelos padres das paróquias, não foram registadas.<sup>46</sup> Estas irregularidades levaram, por fim, o Governador Melo a queixar-se aos seus superiores sobre o grande número de nascimentos, casamentos e óbitos não registados e a solicitar que as medidas, aplicadas noutras colónias portuguesas do Ultramar para corrigir esta situação, m ratificadas em Maio de 1802 através de duas cartas pastorais enviadas pelo Bispo de Angola, Luis de Brito Homem, a todos os padres da colónia.<sup>48</sup> Estas continham instruções precisas sobre o registo de acontecimentos importantes e parecem ter obtido os efeitos desejados. Como se vê na Tabela III, as estatísticas vitais apresentadas nos censos de 1802 a 1812 parecem ser as mais completas de toda a série. Contudo, as aparências nem sempre reflectem a realidade. Entre 1806 e 1807, por exemplo, a população de Luanda diminuiu em cerca de 2607 almas. Destas, e de acordo com o responsável pela compilação dos dados do censo, António Jozé de Faria, pelo menos 1967 individuos haviam morrido devido à epidemia de varíola, que, em 1807, atingiu a cidade de Luanda.<sup>49</sup> No entanto, para todo esse ano, os padres das paróquias apenas registaram 128 mortes.

---

<sup>45</sup> Observações que acompanharam o censo citado na nota 34. Veja-se também o resumo da carta do Governador Melo para Sousa Coutinho, 14 de Abril de 1800, *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 66-67 (1959) 175.

<sup>46</sup> Veja-se a Tabela III.

<sup>47</sup> Governador Melo para Sousa Coutinho, 17 de Agosto de 1801. *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 103106 (1969) 47 e idem para a Coroa, 25 de Agosto de 1801, in *ibid*, 56-58. Estes problemas não eram específicos de Luanda nem do Império. Existiam também por toda a metrópole. Veja-se Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l'Ancien Régime: XVIIIe – début du XIXe Siècle* (Paris, 1966) vol. 1, 106-113.

<sup>48</sup> Arquivo da Arquidiocese de Luanda. Bispado de Angola, Provisões e Offícios, Mandados, Pastorais, Livro 10. Veja-se também do Governador Melo para o Visconde de Anadia, 16 de Julho de 1802, *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 103-106 (1969) 147 e Manuel Nunes Gabriel, *Angola Cinco Séculos de Cristianismo* (Queluz, Portugal, 1978) 180.

<sup>49</sup> "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1807," in AHU, Angola, Cx. 119, Doc. 6.

Seja qual for o mérito das estatísticas vitais de 1802-1812 não demorou muito tempo até que os padres das paróquias deixassem, novamente, de colaborar no processo dos censos. Tanto em 1813 como em 1814, não incluíram o número de nascimentos que ocorreram nesse período. Para sermos mais precisos, registaram 7 nascimentos em 1817, 53 em 1823, e 93 em 1832. Contudo, estes números referiam-se a populações cujo total de indivíduos era de 4490, 6256, e 5058, respectivamente. E no caso dos óbitos o registo não era melhor. Em 1814, os padres registaram apenas 31 óbitos numa população com 4947 indivíduos. Três anos depois, registaram apenas 81 óbitos ocorridos num total de 4490 residentes. Em 1830, os padres das paróquias registaram apenas um óbito numa população com um total de 5345 almas!<sup>50</sup> É óbvio que se as estatísticas mais precisas de 1802-1812 não são de confiança, as dos anos subsequentes o são menos ainda.

Para além disso, a falta de colaboração destes padres não era o único obstáculo que afectava o registo dos acontecimentos importantes. À semelhança de outras instituições que cuidavam dos doentes, na altura, o único hospital de Luanda era um lugar onde uma grande percentagem dos pacientes acabava por morrer.<sup>51</sup> Isto aplicava-se especialmente às tropas do governo que constituíam o grosso da sua clientela, apesar do hospital ser, teoricamente, também responsável pela prestação de cuidados médicos a outro pessoal administrativo e cívico.<sup>52</sup> Mas as mortes que ocorriam no hospital não eram registadas pelos padres das paróquias. Em vez disso,

---

<sup>50</sup> Veja-se a Tabela III.

<sup>51</sup> Sobre a elevada mortalidade que ocorria neste Hospital veja-se: Francisco Damião Cosme, "Tractado das Queixas Endemicas e Mais Fataes Nesta Conquista (Loanda 14 Agosto 1770)," *Studia* 20-22 (1967) 218; e José Pinto de Azeredo, *Ensaio sobre Algumas Enfermidades d'Angola* (Luanda, 1967, originalmente publicado em Lisboa, 1799) viii-ix. Cosme era o médico-chefe da colónia de Angola na década de 1760, enquanto que Azeredo ocupou o mesmo posto durante a década de 90. Segundo números encontrados no Stamm, "L'Angola à un Tournant de Son Histoire," 48, a taxa de mortalidade do Hospital de Luanda durante 1836-1838 era de 34 por cada 1000 pacientes.

<sup>52</sup> António Brasio, "As Misericórdias de Angola," *Studia* 4 (1959) 121. No início de 1805, por exemplo, dos mais de 200 soldados doentes que eram tratados nesta instituição, poucos se esperava que recuperassem. Veja-se a carta do Governador Fernando António de Noronha para o Visconde de Anadia, 7 de Fevereiro de 1805, in *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 75-78 (1962) 113-114. Como termo de comparação veja-se P. Curtin, *Death by Migration: Europe's Encounter with the Tropical World in the Nineteenth Century* (Cambridge, 1989).

eram registadas num registo separado que o hospital tinha de enviar para Lisboa no final de cada ano.<sup>53</sup> Estes números, todavia, nunca eram acrescentados àqueles fornecidos pelos padres aos *ouvidores* para os censos. Como resultado, os dados dos censos sobre mortalidade estavam muito abaixo dos números reais.

Os enumeradores também não conseguiam incluir a totalidade da população urbana nas suas contagens. Os comentários apenas aos censos, realizados durante os últimos anos da década de 1790 e início da década de 1800, afirmavam, especificamente, que enquanto que poucos *moradores* (chefes de família brancos) forneciam dados verdadeiros sobre as suas famílias, outros como os mulatos não sabiam a composição exacta das mesmas.<sup>54</sup> Não está esclarecido o porquê dos chefes de família sonegarem informação aos recenseadores. A verdade é que no Brasil, na altura a colónia ultramarina portuguesa mais importante, os habitantes também resistiam passivamente ao processo de recenseamento. No seu ponto de vista, estas contagens levariam a futuras cobranças fiscais e a um aumento no recrutamento dos seus filhos na impopular milícia.<sup>55</sup> Uma vez que a prática dos censos foi implementada no Brasil pelo governo central português por motivos fiscais e militares semelhantes, é mais do que provável que os chefes de família em Luanda resistissem pelas mesmas razões. Assim, estas tentativas de engano afectaram, provavelmente, a contagem dos homens mais do que a das mulheres. O que é certo é que a informação sonogada pela população recenseada produziu efeitos negativos sobre os censos.

Outros três problemas afectaram o processo dos censos. Como foi notado anteriormente, os indivíduos responsáveis pela compilação dos dados dos registos dos passaportes classificavam os

---

<sup>53</sup> Veja-se o resumo da carta do Governador Melo para Sousa Coutinho, 15 de Abril de 1799, in Coimbra, *Ofícios para o Reino (1726-1801)*, 162 e as observações apenas ao: "Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]," AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção em 1799." AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1802." AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44.

<sup>54</sup> Veja-se o "Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]," AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção em 1799." AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1802." AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44.

<sup>55</sup> Dauril Alden. "The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study," *Hispanic American Historical Review* 43 (1963) 181; Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade do Salvador* (2ª edição, São Paulo, 1969), 185; e Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850* (Princeton, 1987), 63-64.

migrantes apenas em duas categorias: os que chegavam e os que partiam, sem especificarem se a origem do seu destino era o estrangeiro ou o interior. Consequentemente, as movimentações da população internacional e interna não eram diferenciadas, tornando impossível medir cada tipo específico de migração. Mais importante ainda, em termos quantitativos, os números dos registos dos passaportes omitiam os milhares de escravos que todos os anos passavam por Luanda vindos do interior para serem exportados para o outro lado do Atlântico.<sup>56</sup> Em segundo lugar, apesar da máquina administrativa em Luanda ser suficientemente grande, os funcionários públicos careciam de formação na maioria dos empregos, incluindo o da realização dos censos. Não deverá, por isso, constituir uma surpresa que muitas das operações aritméticas de cada censo sejam defeituosas. Na realidade, existem poucos censos nos quais os sub-totais fornecidos estejam de acordo com os totais absolutos.<sup>57</sup> E por último, mas não menos importante, apesar das categorias de cor encontradas nos censos terem sido designadas pelo governo central de Lisboa, de forma a fornecer informação quantitativa específica sobre cada um dos três grupos raciais que constituíam a população, estes dados não diziam respeito exclusivamente à raça ou grupo étnico. Neste aspecto, até meados do século XIX, o factor biológico esteve sempre associado ao económico no que dizia respeito à determinação do estatuto da cor. Como Joseph Miller correctamente sublinhou, “as mulheres designadas como brancas no censo [1773] eram provavelmente as filhas de famílias luso-africanas, evidentes noutras fontes, cuja riqueza embranquecia social e legalmente a sua pele, tal como no Brasil, onde, como bem se sabia, o dinheiro embranquecia.”<sup>58</sup> Lopes de Lima, numa prosa similar, constatou, candidamente, que os “Os pretos logo que lhes é permitido calçar çapatos são tidos em conta de brancos e muito mais sendo *aviados* [commissarios volantes sertanejos, a quem os

---

<sup>56</sup> Os seus números só podem ser inferidos através da soma de uma taxa de mortalidade hipotética, abrangendo a mortalidade dos cativos que aguardavam embarque, com as exportações anuais de escravos, para as quais existe uma documentação extensa. A avaliação mais recente de dados sobre a exportação anual de escravos foi encontrada em José C. Curto, “A Quantitative Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda, Angola, 1710-1830,” *African Economic History* 20 (1992) 1-25.

<sup>57</sup> Para que os dados de cada relatório tenham uma coerência interna todos os números têm de ser conferidos novamente.

<sup>58</sup> Miller, *Way of Death*, 292.

moradores de Loanda costumam confiar grosso cabedal em fazendas].”<sup>59</sup> Durante todo o período que estamos a analisar, Luanda era uma sociedade fluida onde o dinheiro, e não a biologia, determinava o grupo de cor em que se era colocado.<sup>60</sup> Consequentemente, em vez de conseguir dados sobre grupos raciais biologicamente distintos, o que o governo central de Lisboa realmente obteve foi informação quantitativa sobre classes socio-económicas.

As dificuldades à volta da produção de dados demográficos levaram os oficiais militares, responsáveis pela supervisão da sua compilação em relatórios, a avisar constantemente o governo central português sobre a qualidade destes números. No seu ponto de vista, os números eram mais aproximados do que reais. António Jozé de Faria, por exemplo, informou com toda a franqueza os seus superiores que “Este Mappa [de 1807] posto seja extrahido pellos respectivos Alistamentos segundo o que cada hum a seu Arbitrio denunciou...hé mais o resultado de hum calculo prodente e de aproximação que a infalivel consequencia de hum provelema infalivel e exacto.”<sup>61</sup> Será que isto significa que os censos de 1781-1844 de Luanda não podem ser utilizados para reconstruir a história da sua população? Seria anacrónico esperar que as administrações coloniais dos séculos XVIII e XIX assegurassem a coesão dos dados demográficos que eles próprios criavam e disseminavam. A harmonização entre a migração e o registo vital das estatísticas com os dados dos censos relativos aos domicílios, em particular, é um produto do século XX que não deve ser esperado de uma área periférica de um império. E, como o Governador Fernando António de Noronha sublinhou, de forma perspicaz, em 1805, os dados sobre Luanda tinham o mesmo valor dos censos produzidos na mesma altura em Portugal, que também eram baseados em contagens aproximadas.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> Lima, *Ensaio Sobre a Statistica das Possessões Portuguezas*, vol. 3, 63.

<sup>60</sup> Sobre esta nota crucial veja-se também: Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*, 174; Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola*, 36; e Manuel Carlos F. de Almeida, “Migrações Forçadas e Dinâmica Demográfica (O Caso Particular de Angola),” dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade Nova de Lisboa, 1993, 415.

<sup>61</sup> “Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1807,” AHU, Angola: Cx. 119, Doc. 6.

<sup>62</sup> Do Governador Noronha para o Conselho Ultramarino, 28 de Março de 1805, *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 75-78, (1962) 118. Sobre a natureza aproximativa dos censos portugueses dos finais de 1700 e inícios de 1800 veja-se José J. Soares de Barros, “Memórias sobre as Causas da Differente População de Portugal em Diversos Tempos da Monarchia,”

Na realidade, as sub-contagens detectadas nos censos de Luanda não invalidam, necessariamente, uma análise da dinâmica da sua população. Os resumos dos dados da Tabela III clarificam alguns dos problemas relacionados com o registo de acontecimentos demográficos. De facto, a relação entre os censos dos domicílios, realizados pelos funcionários públicos coloniais, e o registo das estatísticas vitais, feitos pelos padres nas suas paróquias, é muito contraditória.<sup>63</sup> Como já vimos anteriormente, existe uma clara falta de registos de nascimentos e, especialmente, de óbitos, com a exclusão de grandes segmentos da população.<sup>64</sup> Este problema parece não ter afectado na mesma proporção as estatísticas dos censos dos domicílios. A vontade administrativa de exaustão, conduzida por razões fiscais e militares, contrapôs-se, de certa forma, às tentativas de logro dos domicílios. Durante todo o período em consideração, Luanda permaneceu um centro urbano comparativamente pequeno, onde praticamente toda a gente se conhecia. Em termos de análise demográfica, as falhas encontradas na média dos censos sobre os domicílios é menos significativa que as encontradas na migração e nos registos vitais. Além disso, os materiais dos censos sobre os domicílios forneciam mais informação devido ao grande número de categorias de classificação utilizadas. Por ultimo, no caso de uma série de censos tão cronologicamente completa como esta, o total pode compensar os erros das partes se usarmos a análise de tendência.<sup>65</sup> Desta forma, a nossa investigação é baseada mais nos cen-

---

in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* (Lisboa, 1789), vol. 1, 43-47; Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve* (Paris, 1822), vol. 1, 187; Silbert, *Le Portugal Méditerranéen*, vol. 1, 106-113. e Joel Serrão, *Fontes de demografia Portuguesa, 1800-1862* (Lisboa, 1973), 9-161.

<sup>63</sup> Isto aparece quando se analisa a coluna de «erro de conclusão» na Tabela e os seus índices relacionados (percentagem dos resultados dos censos anteriores, média, desvio standard, e coeficiente de variação). Esta medida utilizada para avaliar a abrangência dos censos modernos relaciona os resultados dos censos (neste caso a «população do final do ano») com a população esperada (números anteriores de população + crescimento bruto durante o período inter-censos).

<sup>64</sup> Os padres das paróquias responsáveis pela manutenção dos registos de nascimentos e óbitos cobravam emolumentos para os baptismos e funerais que os pobres de Luanda não podiam pagar. Veja-se "Angola no Fim do Século XVIII: Documentos." *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 6 (1886) 298; e Douville, *Voyage au Congo*, vol. 1, 15-16. Os emolumentos do registo civil estavam, na altura como hoje, na raiz dos preconceitos.

<sup>65</sup> Na história económica e demográfica, e na presença de um conjunto de dados (série), os analistas têm muitas vezes de compensar a debilidade inerente dos dados indivi-

dos domicílios, tendo sempre em conta o facto de que as tendências são mais importantes que os números individuais, e menos nos resumos dos acontecimentos vitais e migração, apesar de, por vezes, estes serem úteis para apontar o possível impacto de epidemias, secas e/ou fome.

### III. Principais Mudanças Demográficas: uma perspectiva geral

Os dados da série de censos entre 1781-1844 mostram que estavam a ocorrer três grandes mudanças demográficas na sociedade de Luanda. A primeira é um declínio significativo no total da população e na maioria dos grupos sócio-económicos que a constituíam, uma tendência particularmente acentuada até aos finais da década de 1810, mostrando depois uma pequena recuperação. A segunda, que esta importante descida era selectiva e afectava sobretudo os civis, sendo que as modificações mais intensas envolviam sobretudo os habitantes negros e, em particular, as mulheres. E por último, que a população civil escrava, esmagadoramente negra, e em especial, as mulheres escravas, estava no centro destas transformações demográficas.

Durante todo o período em consideração, como pode ser visto no Gráfico I, a tendência geral da evolução da população de Luanda foi de declínio absoluto.<sup>66</sup> Apesar de significativas oscilações periódicas

---

duais confiando na análise de tendência. Esta atitude pressupõe, em primeiro lugar, que a debilidade dos cálculos individuais será compensada pela coerência de toda a série; ao aceitar isto, assume-se que a probabilidade de um único factor (por exemplo uma sistematicamente baixa sub-representação dos cálculos do total da população durante este período) afectar todos os dados da série é baixa; por último, infere-se que a acumulação de relações entre os números (dados) numa série temporal oferece uma nova dimensão à análise. No caso de Luanda, por isso, apesar de algumas secções (particularmente os dados sobre registos vitais e migração) serem passíveis de discussão, é claro que a série para a população total (os dados sobre os domicílios) oferece as pré-condições necessárias para uma tal análise de tendência.

<sup>66</sup> Uma recente avaliação da população da África central ocidental sugere que não houve qualquer declínio durante este período. Veja-se Miller. *Way of Death*, 140-169. Outros demógrafos e historiadores, concluíram, por outro lado, que a população da região diminuiu rapidamente: John Fage, "The Effect of the Export Slave Trade on African Populations," in R.J.A.R. Rathbone e R.P. Moss, eds., *The Population Factor in African Studies* (London, 1975), 15-23; John K. Thornton, "The Demographic Effect of the Slave Trade on Western Africa, 1500-1850," in C. Fyfe e D. McMaster, eds., *African Historical Demography, II: Proceedings of a Seminar Held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh, 24th and 25th April, 1981* (Edinburgh, 1981), 691-

dicas, como indicam os dados da Tabela IV e do Gráfico I, o número total de residentes caiu de 9755 para 5605, entre 1781 e 1844. Traduzindo isto para uma taxa média anual de crescimento (neste caso de decréscimo) de  $-0,88\%$ , esta foi uma redução demográfica importante. A descida mais importante ocorreu durante 1799-1817, com diminuições muito acentuadas em 1799 ( $-19,96\%$ ), 1807 ( $-24,98\%$ ), e 1812 ( $-10,92\%$ ). O número de habitantes desceu de 8013 para 6414, entre 1798 e 1799, e de 8243 para 6184, durante 1806-1807, e de 6051, em 1811, para 5390 no ano seguinte. A partir daí, um declínio constante veio substituir estas flutuações, tendo a população da capital colonial de Angola atingido o seu nível mais baixo em 1817, quando apenas 4490 indivíduos foram contados pelos organizadores dos censos. Neste período de trinta e seis anos assistiu-se à perda impressionante de 5265 habitantes (54% do total do primeiro censo da nossa série), com uma taxa de crescimento anual de  $-2,13\%$ . A seguir a 1817, deu-se uma ligeira recuperação devido a um aumento da população em 1819 (26,05%), 1823 (2,44%), 1825 (7,35%), e 1831 (6,79%). Contudo, este crescimento demográfico foi até um certo ponto negado por uma outra descida durante os finais da década de 1820 ( $-5,49\%$ , em 1826, e  $-6,66\%$ , em 1829) e no início da década de 30 ( $-3,54\%$ , em 1830, e  $-11,39\%$ , em 1832). Em consequência, entre 1817 e 1844, a população de Luanda aumentou de apenas 4490 para 5605 indivíduos, ou a uma taxa de crescimento anual de  $0,82\%$ . Sejam quais forem as opiniões que se possa ter da qualidade geral dos dados,<sup>67</sup> o declí-

---

720; John C. Caldwell. "The Social Repercussions of Colonial Rule: Demographic Aspects," in *UNESCO General History of Africa* (Berkeley, 1985), vol. 7, 458-486; e Patrick Manning, "The Impact of Slave Trade Exports on the Population of the Western Coast of Africa, 1700-1850," in S. Daget, ed., *De la Traite à l'Esclavage: Actes du Colloque International sur la Traite des Noirs, Nantes 1985* (Nantes, 1988), vol. 2, 111-134. Todavia, em cada caso, os cálculos efectuados por estes estudiosos são baseados em hipotéticas taxas anuais de crescimento positivas: Fage adoptou 1,6, Thornton 2, Miller 2,5, Caldwell 3,5, e Manning 5 por 1000. Veja-se Curto, "Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África." Consequentemente, quando vistos por oposição às conclusões variáveis, baseadas nestas taxas a-históricas, os dados dos censos existentes não só documentam uma perda populacional em Luanda durante um longo período de tempo, como também estabelecem que essas perdas foram de grandes proporções.

<sup>67</sup> A análise interna dos censos individuais sublinhou e identificou, de facto, muitos problemas, mas o material de arquivo qualitativo não apontou para qualquer factor que possa ter "contaminado" sistematicamente a série e nos ter levado a rejeitar as conclusões da análise de tendência.

nio geral foi real, mostrando uma sociedade que tinha permanentes dificuldades em manter taxas de crescimento compatíveis com o desenvolvimento social.

Um exame rápido dos critérios de classificação mais importantes permite-nos isolar os grupos que estiveram mais sujeitos aos efeitos da flutuação por todo este período (Tabela IV). Se excluirmos os primeiros números disponíveis, os de 1796, que são muito baixos, indicando provavelmente uma contagem defeituosa, a população administrativa sofreu, comparativamente, menores transformações. De facto, apesar da tendência geral ser, também aqui, negativa, este grupo teve sempre, com algumas excepções (1798, 1805, 1823, 1829 e 1832), uma estabilidade relativa. Todavia, são visíveis também duas tendências de médio-prazo. A primeira, abrangendo o período de 1797 a 1819, é de subida, com o número do pessoal administrativo a aumentar de 1033 para 1385, isto é, a uma taxa anual de 1,34%. A segunda tendência, que vai de 1819 a 1844, é claramente de descida, com um declínio no pessoal administrativo a uma taxa de -2,12% por ano, de 1385 a 811. Cada uma destas tendências demográficas é radicalmente diferente, tanto do total como da população civil, como se verá a seguir. A causa disto acontecer no período de 1797-1819 permanece incerta. Mas na era pós-1822 a instabilidade que reinava tanto em Lisboa como em Luanda, resultante da independência do Brasil, deverá, certamente, ter afectado o recrutamento de burocratas, soldados e eclesiásticos (Tabela V). Seja como for, o facto é que, entre 1797 e 1844, esta parte da população diminuiu apenas 0,51% por ano.

Diferentemente, a população civil sofreu transformações quantitativas mais significativas do que a população administrativa. A tendência de longo-prazo aqui, à semelhança do total da população, foi de um declínio acentuado. Mas esta tendência também aparece aqui dividida em duas distintas tendências a médio-prazo. A primeira vai de 1797 a 1818, com o número de civis a descer consideravelmente de 6890 para um mínimo histórico de 3192. Isto foi um declínio enorme, de cerca de 54%, representando uma taxa anual de -3,44%, que contrasta grandemente com a situação vivida entre a população administrativa durante o mesmo período de tempo. A segunda tendência de médio-prazo, de 1818 a 1844, mostra um aumento da população civil, de 3192 para 4794, ou a uma taxa de 1,58% por ano. Mais uma vez esta tendência vai na direcção oposta daquela encontrada entre o pessoal administrativo. Contudo, esta

pequena recuperação não foi suficiente para compensar as perdas dramáticas ocorridas antes dos finais da década de 1810. Na generalidade, a população civil diminuiu de um total de 6890, em 1796, para 4794, em 1844. Isto traduz-se numa taxa de  $-0,75\%$  por ano, uma percentagem muito superior à da população administrativa. Uma vez que os civis, que constituíam o grosso da população de Luanda, sofreram mudanças quantitativas mais importantes que os administrativos, é nas várias categorias do grupo dos civis que temos de nos concentrar, de forma a compreendermos as transformações demográficas gerais que foram ocorrendo.

As perdas não afectaram, obviamente, de maneira uniforme, todos os sectores da população civil. A mais notável teve lugar entre a população feminina (Tabela VI e Gráfico II), um grupo que, naquela altura, se encontrava exclusivamente na categoria civil dos censos. Aqui também a tendência geral era de declínio absoluto. Mas, como no caso de outros grupos já aqui analisados, são imediatamente visíveis duas tendências de médio-prazo diferentes. A primeira é caracterizada por uma queda abrupta, com a população feminina a descer vertiginosamente de 4225, em 1796, para apenas 1749, vinte anos mais tarde, isto é, a uma taxa anual de  $-4,31\%$ . Este foi um declínio muito acentuado, e particularmente intenso, entre 1806 e 1816, com interrupções a ocorrerem apenas durante as subidas temporárias, em 1803-1806 e 1811. Depois de 1816, por outro lado, iniciou-se um período de ligeira recuperação. Este aumento demográfico tornou-se relativamente significativo depois de 1819, atingindo o seu ponto mais alto em 1825, e desaparecendo depois totalmente. Entre 1816 e 1844, o número de mulheres subiu apenas de 1749 para 2501. O que se traduziu num aumento de  $1,28\%$  por ano, uma percentagem demasiadamente modesta para abalar o declínio extremamente acentuado de 1796-1816. Em resultado, o número geral de mulheres caiu a uma taxa anual de  $-1,09\%$ , entre 1796 e 1844, de 4225 para 2501.<sup>68</sup> No caso da população masculina civil, as transformações demográficas não foram, nem de perto nem de longe, tão quantitativamente significativas. Entre 1796 e 1818, este grupo desceu de 2665 para 1391 indivíduos, o que se traduz em  $-2,91\%$  por ano, uma percentagem mais baixa do que a

<sup>68</sup> Esta perda populacional feminina é ainda mais apreciável se tomarmos como base os números de 1781. Ao fazê-lo, a taxa anual de crescimento é inflacionada para  $-1,28\%$  por ano, durante todo o período.

das mulheres. O número de homens civis aumentou então, significativamente, durante 1819-1825, e, em 1844, após as transformações violentas dos finais da década de 20 e início da década de 30, totalizava 2293. Representando um crescimento na ordem dos 1,94% por ano, esta tendência de médio-prazo foi radicalmente diferente daquela observada nas mulheres, o que permitiu uma recuperação no número dos homens civis. Consequentemente, entre 1796-1844, as perdas quantitativas (de 2665 para 2293 indivíduos) sofridas pela população masculina civil foram apenas de -0,31% por ano, uma percentagem dois terços inferior à das mulheres.

Como nem a população masculina civil nem a população administrativa tiveram perdas tão significativas como as da população feminina, a relação entre os dois géneros foi grandemente alterada. Os dados anuais dos censos disponíveis, anteriores a 1800 (Tabela VI), apesar de escassos, mostravam que, naquela altura, as mulheres constituíam mais de 50% do total da população. Entre 1802 e 1818, por outro lado, elas tendiam a constituir menos de metade da população, e, em alguns anos, significativamente, muito menos de metade (1807, 1810, e 1816). Dois factores se conjugaram para produzir esta situação: o primeiro foi o declínio real do número absoluto das mulheres até 1816, uma diminuição especialmente acentuada depois de 1806; e o segundo foi, simultaneamente, a tendência de subida da população administrativa, particularmente a população militar, em conjugação com uma taxa de diminuição mais baixa entre os homens civis. Como vimos anteriormente, após o final da década de 1810, a população feminina aumentou realmente. Contudo, isto não foi suficiente para compensar ou ultrapassar a diferença entre a diminuição, pós-1818, no pessoal administrativo, e o aumento da população civil masculina. Consequentemente, a seguir à década de 1810, a razão de masculinidade da população total apenas retomou uma espécie de equilíbrio (isto é, índice 100), mas não o seu padrão anterior.<sup>69</sup> No geral, a subida dos militares,<sup>70</sup> um abrandamento da taxa de diminuição da população civil masculina, e o decréscimo no número de mulheres transformaram, a partir daí, Luanda de uma sociedade dos finais do

<sup>69</sup> A razão de masculinidade é o índice da relação numérica entre homens e mulheres em qualquer sociedade. Dá-nos o número de homens por cada 100 mulheres.

<sup>70</sup> Em 1815, por exemplo, os militares constituíam 90% do pessoal administrativo ou 25% do total da população.

século XVIII, onde a presença das mulheres era muito significativa, numa sociedade pós-1800, onde o número de homens ultrapassava o número de mulheres. Isto provocou um impacto naquilo a que os demógrafos chamam o mercado matrimonial, a razão de masculinidade para a formação de casais.

De igual modo, no interior da população civil, nem todas as classes sócio-económicas definidas nos censos por cor sofreram o mesmo tipo de transformações demográficas.<sup>71</sup> Como nos demonstram os dados apresentados na Tabela VII para 1799-1832, a tendência geral dos grupos de civis negros, mulatos e brancos foi também de declínio. A taxa anual foi de -0,55% para os civis negros, -1,08% para os brancos, e -1,23% para os mulatos. Porém, este esgotamento demográfico não se deu da mesma forma durante todos estes anos, nem em todos estes grupos. De um total de 443 civis brancos e 797 mulatos em 1799, os números destes grupos subiram consideravelmente, durante o início da década de 1800, mas foram diminuindo a uma taxa anual de -2,05% e -2,97%, respectivamente, para mínimos de 238 e 332, em 1829. Os dois grupos tiveram, então, uma pequena recuperação demográfica, tendo o número de brancos atingido os 309 e os mulatos chegado aos 530, em 1832, o que se traduz em taxas anuais de crescimento elevadas, na ordem dos 9,09% e 18,07%, respectivamente. No caso dos civis negros, foram contados 3902 indivíduos, em 1799, mas estes diminuíram a uma taxa de -2,60% por ano, até 1818, altura em que os organizadores dos censos contaram um mínimo histórico de 2365. A partir daí, este grupo teve quase uma década de total recuperação, com aumentos particularmente significativos em 1819, 1823, e 1825, antes de iniciar uma curta queda até 1832, quando foram enumerados 3254 civis negros. Entre 1818 e 1832, o seu número aumentou a uma taxa de 2,30% por ano. Abrangendo um período de catorze anos, isto permitiu aos civis negros recuperar parte das perdas obtidas de 1799 a 1818. Por contraste, as muito mais elevadas taxas de crescimento de 1829-1832, nos grupos branco e mulato não-administrativos, ocorreram dentro de um período demasiado curto para serem quantitativamente significativas. Estas mudanças demográficas divergentes, por seu lado, tiveram um impacto directo na composição da população civil, e, dada a pre-

---

<sup>71</sup> Note-se que, ao contrário da população civil, o pessoal administrativo não está dividido nos censos segundo classes sócio-económicas definidas pela cor.

ponderância geral deste grupo, no total da população. Do total da população não-administrativa entre 1799-1818, os civis brancos eram aproximadamente 10%, os mulatos 16%, e os negros 74%. Mas de 1819 a 1832, a proporção de civis brancos e mulatos caiu para 8% e 11%, respectivamente, enquanto que a de civis negros subiu para 81%. O ano de 1819 representa, desta forma, um ponto de viragem na composição socio-económica da sociedade de Luanda, com a população a tornar-se cada vez mais pobre e, provavelmente, mais negra que antes.

De todas as alterações demográficas ocorridas em Luanda a mais dramática de todas teve lugar dentro do grupo de habitantes escravos, cuja maioria era esmagadoramente negra, e que se encontrava exclusivamente no interior da população civil.<sup>72</sup> Como mostram os dados da Tabela VIII, o número de escravos diminuiu de um total de 5583, em 1781, o mais elevado da nossa série, para apenas 2749, em 1844, o que representa uma taxa anual na ordem dos -1,12%. Mas, uma vez mais, esta tendência geral pode ser dividida em duas sub-tendências com características distintas. Na primeira tendência a médio-prazo, a população escrava de 1781 diminuiu vertiginosamente, a uma taxa de -3,31%, até atingir os 1604 indivíduos em 1818. Deste mínimo histórico, a população escrava subiu, substancialmente, durante 1819-1826, antes de começar a diminuir para um total de 2749 escravos contados pelos censos em 1844, o que se traduz numa taxa anual de crescimento de 2,09%. Como forma de comparação, a população livre, de 1781-1844 diminuiu a uma taxa anual de apenas -0,60%, com a taxa de 1781-1818 a ser de -0,98% (um decréscimo de 4172 para 2902 indivíduos) e a de 1818-1844 de -0,06% por ano (um decréscimo de 2902 para 2856 pessoas). Na generalidade, o decréscimo entre os escravos

<sup>72</sup> Os negros, que durante a primeira década de 1800 já constituíam 90% da população escrava viram a sua representação dentro deste grupo subir para quase 100%, no início da década de 30, devido ao desaparecimento virtual da capital colonial de Angola dos mulatos escravos, que passaram de 10% para apenas 0,2%. Para além disso, segundo uma lista detalhada dos funcionários públicos e eclesiásticos, elaborada em 1799, os escravos não estavam representados em nenhum destes dois grupos dos residentes de Luanda. Veja-se, "Angola no Fim do Século XVIII," pp. 281-294. Do mesmo modo, apesar dos cativos serem usados como pessoal militar pela administração colonial portuguesa nas guerras contra as autoridades políticas africanas por todo o interior, os escravos parecem não terem feito parte dos soldados estacionados neste centro costeiro urbano da África central ocidental. Veja-se Douglas L. Wheeler, "The Portuguese Army in Angola," *Journal of Modern African Studies* 7 (1969) 426-427.

(-2834 indivíduos) foi ligeiramente mais do dobro do que entre os homens livres (-1316 pessoas). Mas uma vez que a taxa de crescimento, pós-1818, dos primeiros ultrapassava em muito a dos últimos, os indivíduos escravos viram a sua representação dentro do sector civil crescer de cerca de 57% para 66,5%, e a sua representação dentro do total da população subir de pouco menos de 46% para 55,5%. Em resumo, não só foi entre os escravos que ocorreram as flutuações quantitativas mais significativas, como a sua recuperação demográfica pós-1818 tornou a escravatura numa instituição ainda mais importante em Luanda.

No interior da população escrava, as mulheres, que se encontravam apenas no grupo de mulatos civis, e em especial as negras, sofreram mais transformações demográficas do que os homens. O número total de mulheres escravas caiu para mais de metade, de 3419, em 1781, para 1667, em 1844, isto é, a uma taxa anual de -1,13%. Só até 1818, quando o seu número atingiu um mínimo histórico de apenas 768, o decréscimo entre as mulheres escravas tinha sido extremamente acentuado, com uma taxa de -3,96% por ano. Pouco mais de três quartos da população escrava feminina desapareceu durante este período de trinta e sete anos, com quedas particularmente significativas a ocorrerem durante 1781-1802, e, novamente, entre 1806 e 1818. É verdade que o número de mulheres escravas subiu consideravelmente durante 1819-1826, mas a isto seguiu-se um outro período de declínio até atingir, por fim, as 1667, em 1844. A taxa de crescimento em 1818-1844 foi, contudo, muito positiva com 3,03% por ano. Diferentemente, o número de escravos masculinos diminuiu de 2164, em 1781, para 1082, em 1844, o que representa uma taxa de crescimento de -1,09% por ano. Divididas em períodos de médio-prazo, as taxas anuais de crescimento dos escravos masculinos traduziram-se em -2,54%, para 1781-1818, e 1,00% para 1818-1844. Em cada um dos casos, estas percentagens eram muito mais baixas do que as das mulheres escravas durante os mesmos períodos de médio-prazo. Consequentemente, o número de mulheres escravas perdeu inicialmente terreno *vis-à-vis* o total da população civil, recuperando depois desta perda. Entre 1799 e 1806, as mulheres escravas constituíam cerca de um terço da população civil. Esta proporção baixou para um quarto durante o período de 1807-1818. Deste ponto baixo, a percentagem de mulheres escravas no interior da população civil flutuou, daí em diante, entre o um terço original e picos de 42%, em 1825, e 44%, em 1829.

As perdas sofridas pela população de mulheres escravas foram acentuadas. Contudo, a importância desta descoberta vai para além de uma questão de diminuição numérica. Como já vimos anteriormente, os escravos masculinos nem sempre eram enumerados nos censos. No caso das mulheres escravas, contudo, não há nenhuma indicação nas fontes quantitativas e qualitativas, pós-década de 1770, de que a sua contagem fosse defeituosa. Poucas mulheres mulatas eram encontradas dentro deste grupo populacional. As negras constituíam em média 95,5 % das mulheres escravas entre 1781 e 1844.<sup>73</sup> Consequentemente, a tendência demográfica relativa às mulheres escravas não só abrange o grupo mais “racialmente” coeso enumerado pelos censos, como também o grupo mais fiável. Por isso, uma análise do declínio demográfico de Luanda tem de se concentrar nesta população feminina escrava e esmagadoramente negra.

#### IV. Para uma explicação das perdas populacionais de Luanda

Entre 1781 e 1844, a população de Luanda sofreu perdas significativas, sendo os civis negros e as mulheres, e em especial, as mulheres escravas, os grupos mais afectados. Que factores justificam este declínio demográfico?

Muitos estudiosos do passado de Angola afirmaram que a África central ocidental era uma região dada a secas periódicas, com as consequentes fomes, doenças e, em última estância, mortes.<sup>74</sup> Durante a maior parte do período em consideração, Luanda não foi excepção. Entre os inícios da década de 1780 e meados da década de 1840, como é ilustrado na Tabela IX, este centro costeiro urbano passou por significativos períodos de seca, fome, e/ou doenças. A frequência destas condições era especialmente intensa até aos finais

<sup>73</sup> Percentagem obtida a partir dos dados encontrados na Tabela VIII e do número anual de mulatas escravas de acordo com as listagens dos censos de Luanda.

<sup>74</sup> Veja-se Douglas L. Wheeler, “A Note on Smallpox in Angola, 1670-1875,” *Studia* 13-14 (1964) 351-362; Jill R. Dias, “Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930,” *Journal of African History* 22 (1982) 349-378; Joseph C. Miller, “The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa,” *Journal of African History* 23 (1982) 17-61; e Dauril Alden e Joseph C. Miller, “Unwanted Cargoes: The Origins and Dissemination of Smallpox via the Slave Trade from Africa to Brazil, c. 1560-1830,” in Kenneth F. Kiple, ed., *The African Exchange: Toward a Biological History of Black People* (Durham, North Carolina, 1988), 35-109.

da década de 1810, ocorrendo problemas graves quase incessantemente durante 1782-1794, 1799-1803, 1805, 1807-1808, 1811, e 1814-1817. A partir daí, a capital de Angola entrou num período relativamente longo de alívio, com casos intermitentes de seca, fome e/ou doenças a serem registados apenas em 1822, 1825-1826, 1835, 1838 e 1841. Quando estas condições prevaleciam, como os governadores de Angola e outros administradores coloniais repetidamente lembravam aos seus superiores em Lisboa, a mortalidade subia consideravelmente.<sup>75</sup> A partir das estatísticas vitais registadas pelos censos é impossível estabelecer uma correlação estrita entre a informação qualitativa e os dados quantitativos dos óbitos.<sup>76</sup> Os censos, tal como nos mostra a Tabela III, só registam taxas elevadas de mortalidade para 1812, sugerindo que a epidemia de varíola de 1811, com os seus efeitos mortais se reflectiu no ano seguinte, e para 1825, um outro ano de seca e fome em Luanda. Ainda assim, tudo nos leva a crer que existia uma forte ligação entre os desastres naturais que afectaram a capital da colónia e as flutuações da sua população. Basta lembrarmos que a maior parte dos 2607 óbitos registados por António Jozé de Faria em Luanda, durante 1806-1807, foram atribuídos à epidemia de varíola que na altura atingiu a cidade. O frágil ambiente epidemiológico da capital angolana teve seguramente um impacto no número da sua população, apesar de ser difícil *medir* a relação causal.

Um segundo factor pode ser encontrado numa das características mais importantes desta população. Luanda era uma sociedade escravocrata. Como tal, era sempre assolada com fugas de escravos, com os cativos a tentarem, continuamente, obter a sua liberdade através da fuga para regiões vizinhas (sob o controlo ou de sociedades de escravos fugidos, ou de chefes africanos), ou para o seu lugar de origem bem no interior da África central ocidental. Durante o século XVII, e de acordo com uma recente avaliação, o número de escravos

<sup>75</sup> Miller, "The Significance of Drought, Disease and Famine," pp. 33-59.

<sup>76</sup> Compare-se, por exemplo, a informação qualitativa em Miller, "The Significance of Drought, Disease and Famine," 51-59 com o número anual de óbitos encontrado na Tabela III. Os censos registam elevadas taxas de mortalidade pouco usuais apenas durante 1812 e 1825. Do mesmo modo, numa carta à Coroa Portuguesa, de 3 de Outubro de 1818, *Arquivos de Angola*, 2ª série, nos. 71-74 (1961) 218-219, o Governador Luiz da Motta Fêo e Torres menciona que o número de mortes tinha diminuído significativamente em Luanda depois da chegada de José de Mello como médico-chefe. Mais uma vez, isto não é comprovado pelos dados dos registos vitais dos censos.

em fuga de Luanda e do seu interior mais próximo (isto é, áreas no interior sob o controlo efectivo ou nominal dos portugueses) atingia as centenas todos os anos.<sup>77</sup> Número idêntico de escravos fugiu desta região entre 1830 e 1872.<sup>78</sup> É impossível determinar quantos na realidade fugiram de Luanda durante o período em análise. Todavia, fontes dos finais da década de 1760 até aos inícios da década de 1820 indicavam que o número de fugitivos era significativo.<sup>79</sup> Consequentemente, a fuga de escravos deve ter desempenhado um papel muito importante na redução da população cativa da cidade.

Uma causa terceira, e quantitativamente mais significativa foi, muito provavelmente, o tráfico escravo atlântico. De 1780 a 1830, Luanda permaneceu o exportador de escravos mais importante da África central ocidental para as Américas e especialmente para o Brasil.<sup>80</sup> Apesar desta função comercial ter diminuído a seguir à abolição do tráfico a sul do Equador, em 1830, um grande número de escravos continuou a ser exportado ilegalmente de Luanda para o

<sup>77</sup> Beatrix Heintze. "Asiles toujours menacés: fuites d'esclaves en Angola au XVIIIe siècle," in Katia de Queiros Mattoso, ed., *Eslavages: Histoire d'une diversité de l'océan Indien à l'Atlantique sud* (Paris, 1997), 101-122.

<sup>78</sup> Aida Freudenthal, "Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão," *Estudos afro-asiáticos* (Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro) 32 (1997) 109-34.

<sup>79</sup> Entre as inúmeras referências sobre fugas de escravos de Luanda, veja-se do Governador Francisco Innocencio de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 5 de Dezembro de 1769, Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 8553, fls. 27-33; do Governador Barão de Mossamedes para Jaga Cassange, 26 de Julho de 1789, *Arquivos de Angola* 1ª série, no. 14 (1936) 568; do Governador Fernando António de Noronha para Visconde de Anadia, 8 de Novembro 1803, AHU, Angola, Cx. 108, Doc. 33; uma requisição sem data dos inícios de 1800 de esclavagistas de Luanda pedindo que o Governador de Angola tomasse as medidas necessárias para eliminar um grupo de escravos fugidos que vivia entre os rios Bengo e Dande, AHU, Angola, Cx. 180, Doc. 49; e a atestação do Concelho Municipal de Luanda, 15 de Setembro de 1817, in João C. Feo Cardoso de Castello Branco e Torres, *Memórias Contendo a Biographia do Vice Almirante Luis da Motta Feo e Torres, a História dos Governadores e Capitaes Generaes de Angola desde 1575 até 1825, e a Descrição Geographica e Politica dos Reinos de Angola e Benguella* (Paris, 1825), 56. Deve-se notar, contudo, que a fuga de escravos não era específica de Luanda mas endêmica na maior parte da Angola colonial; veja-se Freudenthal, "Os quilombos de Angola no século XIX," e W.G. Clarence-Smith, "Runaway Slaves and Social Bandits in Southern Angola, 1875-1913," in G. Heuman, ed., *Out of the House of Bondage, Runaways: Resistance and Marronage in Africa and the New World* (London, 1986), 23-33.

<sup>80</sup> Joseph C. Miller, "The Slave Trade in Congo and Angola," in M. L. Kilson e R. I. Rotberg, eds., *The African Diaspora: Interpretive Essays* (Cambridge, Mass., 1976), 75-113; idem, *Way of Death*; e Curto, "Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda," 3-25.

Brasil.<sup>81</sup> Assim, não só esta cidade portuária possuía uma população escrava permanente, como também via chegar, todos os anos, milhares de cativos vindos das regiões interiores para serem embarcados para o outro lado do Atlântico (Gráfico VI). Se por um lado a procura atlântica de cativos era baixa, por outro, os escravos que chegavam a Luanda não encontravam no Brasil um mercado de escoamento imediato. Isto deixava os exportadores com pouca escolha a não ser a retenção dos cativos, que chegavam do interior, como parte da sua própria população escrava permanente. De modo contrário, quando a procura por novos escravos, do outro lado do Atlântico, era particularmente elevada, ocorriam atrasos de um ou dois anos antes que os **corsários**, no interior da capital colonial de Angola, pudessem apresentar as quantidades necessárias de escravos. De modo a fazer face à procura crescente, a única maneira dos exportadores de escravos fornecerem rapidamente o número requerido de escravos era retirá-los da própria população escrava permanente.<sup>82</sup>

Assim, depois da bonança gerada pela descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais (1695-1750), a procura brasileira de escravos na capital colonial de Angola caiu, vertiginosamente, durante a década de 1760, para uma média anual de 8304 e, em seguida, para uma média de 7574 por ano, durante a década de 70.<sup>83</sup> À muito reduzida procura de novo trabalho escravo pelo Brasil, os exportadores de escravos de Luanda responderam retendo o excesso de cativos “produzidos” no interior, e incorporando-os na sua própria população escrava permanente. Não é de surpreender que o primeiro censo de Luanda registre a população escrava anual mais elevada (5583) de todo o período em consideração.

---

<sup>81</sup> Mary C. Karasch, “The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851,” Tese de M.A. não publicada, University of Wisconsin, 1967; e, Roquinaldo Amaral Ferreira, “Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860,” Tese de M. A. não publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. Veja-se também Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969), 231-264; e, para dados mais recentes, David Eltis, “The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment,” *The William and Mary Quarterly* 3rd series, 58 (2001) 17-46.

<sup>82</sup> Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro*, 5, 9, 19 e 200; Henry Koster, *Travels in Brazil* (London, 1816), 418; F. Friedrich von Weech, *Riesen über England und Portugal nach Brasilien und den vereinigten Staaten des La Plata Stromes während den Jahren 1823 bis 1827* (Munich, 1831), vol. 2, 92; e “Angola no Fim do Século XVIII,” 298.

<sup>83</sup> Curto, “Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda.” Todos os dados sobre exportação de escravos listados aqui em diante foram retirados desta fonte.

Depois do início da década de 1780, o sector brasileiro da plantação, que havia estado em depressão, começou a recuperar lentamente, fazendo subir a procura de trabalho escravo.<sup>84</sup> As exportações de escravos de Luanda aumentaram para uma média de 9463, na década de 1780, e, novamente na década de 90, para uma média anual de 10260. Diferentemente, durante 1797-1799, apenas uma média de 3988 escravos permanecia em Luanda. Durante a primeira década do século XIX, as exportações de escravos aumentaram novamente para uma média 12300 por ano, indo ao encontro da crescente necessidade do Brasil de trabalho escravo. A população escrava de Luanda, por outro lado, diminuiu para uma média de 3374 indivíduos, durante 1802-1807. Se ainda houvesse dúvidas sobre a relação entre uma procura intensiva do Brasil de novos escravos e o facto dos exportadores de escravos de Luanda os retirarem da sua própria população escrava permanente, bastaria apenas observar o facto de que a década de 1810, especialmente a seguir à abolição do tráfico escravo a norte do Equador em 1815, viu a procura de trabalhadores escravos pelo Brasil atingir níveis ainda mais elevados, com uma média anual de 13292 cativos a serem embarcados de Luanda. O número médio de escravos que vivia em Luanda, em contraste, atingiu o seu valor mais baixo (uns escassos 2145) precisamente durante este período.

Apesar das exportações de escravos terem permanecido muito elevadas durante os inícios da década de 1820, com uma média pouco usual de 18387 embarcados, a procura de cativos na capital colonial de Angola desceu repentinamente a partir dessa altura. A seguir à declaração de independência do Brasil, em 1822, os comerciantes de escravos brasileiros, agora estrangeiros, perderam os privilégios aduaneiros de importação-exportação gozados pelos portugueses, o que os forçou a irem para portos livres de impostos, a norte de Luanda. De 1823 a 1825, apenas uma média de 11765 escravos eram anualmente exportados a partir de Luanda. Daí resultou que os exportadores de escravos retiraram os cativos não-marcados, produzidos no interior, como seus escravos permanen-

---

<sup>84</sup> Sobre o renascer da economia de plantação no Brasil, veja-se Dauril Alden, "Late Colonial Brazil, 1750-1808," in L. Bethell, ed., *Colonial Brazil* (New York, 1987), 310-336; James Lang, *Portuguese Brazil: The King's Plantation* (New York, 1979), 185-187; Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil* (São Paulo, 1970), 79-87; e Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)* (São Paulo, 1978), 363-364.

tes. Consequentemente, o segundo total mais elevado de população escrava (4178) foi registado pelo censo de 1825.

O declínio no número de escravos exportados de Luanda continuou até finais da década de 1820. De 1826 a 1830, as exportações anuais de escravos atingiram uma média de 11647. Contudo, uma vez que a procura brasileira se tinha mudado para os portos a norte, isentos de impostos, muitos cativos produzidos no interior eram agora reencaminhados para fora da capital colonial de Angola. Sem um fluxo anual de escravos tão grande, a população escrava de Luanda sofreu assim um outro declínio significativo, com uma média de 2842 por ano, durante 1829-1832.

O tráfico escravo atlântico a sul do Equador foi proibido em 1830. Todavia, rapidamente surgiu um tráfico ilegal. Apesar de muitos dos cativos produzidos anualmente no interior ainda chegarem a Luanda para sustentar este comércio de contrabando, a maior parte continuava a ser embarcada a partir de portos nortenhos a bordo de navios brasileiros. Em resultado disto, as condições existentes na década de 20, continuaram pela década de 30, entrando pela de 40. No ano de 1844, a população escrava permanente de Luanda tinha diminuído para 2749.

Nessa altura, as necessidades do Brasil de novos cativos tiveram, claramente, um impacto profundo na subida e descida da população escrava de Luanda. Neste caso, por oposição ao caso dos desastres naturais ou epidemias, é possível visualizar o emaranhado de relações causais; isto pode ser observado no Gráfico VI. Pode-se identificar claramente os anos nos quais as mudanças no volume de escravos exportados tiveram um impacto, primeiro sobre o total estimado da população, e, em segundo, sobre os números da população escrava de Luanda.

Será que a especificidade de género sexual desta procura mudou entre 1781 e 1844, justificando, desta forma, as perdas particularmente significativas entre os habitantes cativos do género feminino? Estudos recentes sobre o comércio escravo transatlântico da África central ocidental mostraram que, em 1811, este comércio levava um número de mulheres muito mais elevado do que anteriormente, especialmente para o Rio de Janeiro.<sup>85</sup> Os dados apresentados ante-

---

<sup>85</sup> Veja-se especialmente David Eltis, "Fluctuations in the Age and Sex Ratios of Slaves in the Nineteenth-Century Transatlantic Slave Traffic," *Slavery and Abolition* 7 (1986) 257-272; David Eltis e Stanley L. Engerman, "Was the Slave Trade Dominated by

riormente sobre o comércio escravo de Luanda não podem corroborar um tal desenvolvimento, já que não discriminam as exportações por género. Contudo, existem provas indirectas que atestam esta relação.

Os censos existentes indicam que a razão de masculinidade da população escrava sofreu uma alteração significativa durante o período em consideração. De uma percentagem média de 80,1, durante 1781-1807, o número de homens escravos *versus* o número de mulheres aumentou, significativamente, para 118,8, na década de 1810, antes de descer para 91,1, entre 1823 e 1844. Vale a pena lembrar aqui que foi na segunda década do século XIX que a procura brasileira de novos escravos atingiu um dos seus níveis mais elevados. Esta procura crescente foi o resultado de dois desenvolvimentos importantes.

O primeiro ocorreu em 1808, quando a corte portuguesa, como muitos membros da nobreza, da burocracia, e prósperos comerciantes, fugiu dos exércitos de Napoleão e foi-se estabelecer no Rio de Janeiro, o destino mais importante no Brasil das exportações de escravos de Luanda. De 1808 a 1820, segundo dois membros da Academia de Ciências de Munique, que viajaram por todo o Brasil durante os finais da década de 1810, “vinte mil e quatro portugueses chegaram aqui [Rio de Janeiro] gradualmente da Europa.”<sup>86</sup> Durante aproximadamente o mesmo período, mais de 4200 estrangeiros foram-se também estabelecendo no empório sul do Brasil: cientistas, músicos, engenheiros, viajantes curiosos, comerciantes e artesãos.<sup>87</sup> Consequentemente, a cidade sofreu um verdadeiro *boom* demográfico. De pouco menos de 43400 habitantes, no final de 1799, a sua população aumentou, aproximadamente, para 60000, nos meados de 1808, e novamente para mais de 79300, no início de 1821.<sup>88</sup> Este grande influxo de pessoas mudou radicalmente a

---

Men?” *Journal of Interdisciplinary History* 23 (1992) 237-257; e idem. “Fluctuations in Sex and Age Ratios in the Transatlantic Slave Trade, 1663-1864,” *Economic History Review* 46 (1993) 308-323.

<sup>86</sup> Johann B. von Spix e Carl Friedrich P. von Martius. *Travels in Brazil in the Years 1817-1820* (London, 1824), vol. 1, 144.

<sup>87</sup> Alan K. Manchester, “The Transfer of the Portuguese Court to Brazil,” in H. H. Keith e S. F. Edwards, eds., *Conflict and Continuity in Brazilian Society* (Columbia, South Carolina, 1969), 171.

<sup>88</sup> Veja-se “Resumo Total da População no anno de 1799. Cidade do Rio de Janeiro,” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 21 (1858) 176; John Luccock, *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil: Taken during a Residence*

cidade: foram iniciados projectos arquitectónicos grandiosos para alojar a família real portuguesa e os nobres, foram construídos novos edifícios administrativos para servirem as funções do Império, o número de casas comerciais aumentou, significativamente, a seguir à abertura do porto ao comércio livre em 1810, e foram construídos novos hospitais, igrejas, e praças públicas.<sup>89</sup> Os novos habitantes, vindos predominantemente dos altos escalões da sociedade portuguesa, não eram uns emigrantes quaisquer. Nas palavras de uma testemunha da altura, “[a sua] multiplicação de necessidades, depressa fez subir o valor do trabalho, e fê-lo num grau extravagante. Isto originou uma nova classe social, composta de pessoas que compravam escravos apenas com o propósito de os instruir numa qualquer arte ou profissão de utilidade, para depois os vender a um preço mais elevado ou alugar os seus talentos e trabalho.”<sup>90</sup> Foi assim, prontamente, atribuído um valor à aquisição de escravos para trabalhar em projectos de construção e no interior das residências.<sup>91</sup> No entanto, o número de escravos locais disponíveis para trabalhar nas residências era limitado. Entre 1795 e 1807, por exemplo, dados legítimos, para o Rio de Janeiro e região interior, mostram uma razão masculinidade com 166 para os escravos urbanos e 145 para os rurais.<sup>92</sup> Isto por sua vez levou os comerciantes do Rio de Janeiro a retirar mais escravos de Luanda, que tinha o seu próprio reservatório de escravos, com experiência em vários ofícios e acostumadas à vida numa colónia urbana portuguesa.<sup>93</sup> O segundo desenvolvimento aconteceu em 1815, quando foi

---

of Ten Years in that Country, from 1808 to 1818 (London, 1820), 41-42; e “Mappa da População da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro em 1821,” in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 33 (1870) 137.

<sup>89</sup> Mary Karasch, “Rio de Janeiro: From Colonial Town to Imperial Capital (1808-1850).” in Ross e Telkamp, *Colonial Cities*, 123-151.

<sup>90</sup> Luccock, *Notes on Rio de Janeiro*, 106.

<sup>91</sup> Veja-se Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro*, 5, 9, 19, e 200; Corcino Medeiros dos Santos, *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica* (Rio de Janeiro, 1993), 33 e 155-164; Koster, *Travels in Brazil*, 418; Spix e Martius, *Travels in Brazil*, vol. 1, 143-144, e von Weech, *Riesen über England und Portugal nach Brasilien*, vol. 2, 92.

<sup>92</sup> Manolo G. Florentino, *Entre Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVII e XIX)* (Rio de Janeiro, 1995), 64 e 295.

<sup>93</sup> A existência, em Luanda, de tais escravos conhecidos como *ladinos*, é muitas vezes esquecida. Veja-se Miller, *Way of Death*, 270-273. Sobre a importância deste tipo de escravo na composição da sociedade Afro-Americana, veja-se Ira Berlin, “From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America,” *The William and Mary Quarterly* 3rd series, vol. 53 (1996) 251-288.

abolido o comércio escravo a norte do Equador. Os comerciantes do Rio de Janeiro depararam-se então com a incerteza no fornecimento de escravos da África ocidental. Mais uma vez se voltaram para Luanda mantendo uma procura elevada de mulheres,<sup>94</sup> sentindo talvez que o comércio escravo a sul do Equador estava também em perigo.

## V. Conclusão

O desejo de estabelecer uma forma de controlo fiscal e militar sobre as suas colónias trouxe Portugal para a era das estatísticas. As decisões tomadas pelas autoridades coloniais portuguesas, desde o final do século XVIII até meados do século XIX, produziram um importante conjunto de dados demográficos como raramente é encontrado na história de África. A parcialidade encontrada nos dados dos censos não conseguiu reduzir a significativa importância total das estatísticas dos domicílios produzidas pela administração colonial. O conjunto de censos de Luanda, entre 1781 e 1844, quando examinados como uma série através de uma minuciosa análise interna completada pelo recurso à análise de tendência, permanece uma fonte preciosa de dados relativos a transformações demográficas ocorridas nesta cidade portuária. Os dados valiosos sobre as categorias sociais acrescentados aos dados do comércio escravo, permitem-nos compreender melhor esta sociedade escravocrata.

Estes dados permitem-nos entender melhor o emaranhado de relações causais entre a principal actividade económica de Luanda e as transformações do seu tecido social. Existe uma ligação clara entre a população escrava (masculina e feminina) e as flutuações no número das exportações de escravos. Isto poderá também ter tido um impacto noutros grupos, como o dos mulatos. O significado sócio-demográfico de tudo isto é muito abrangente. Em primeiro

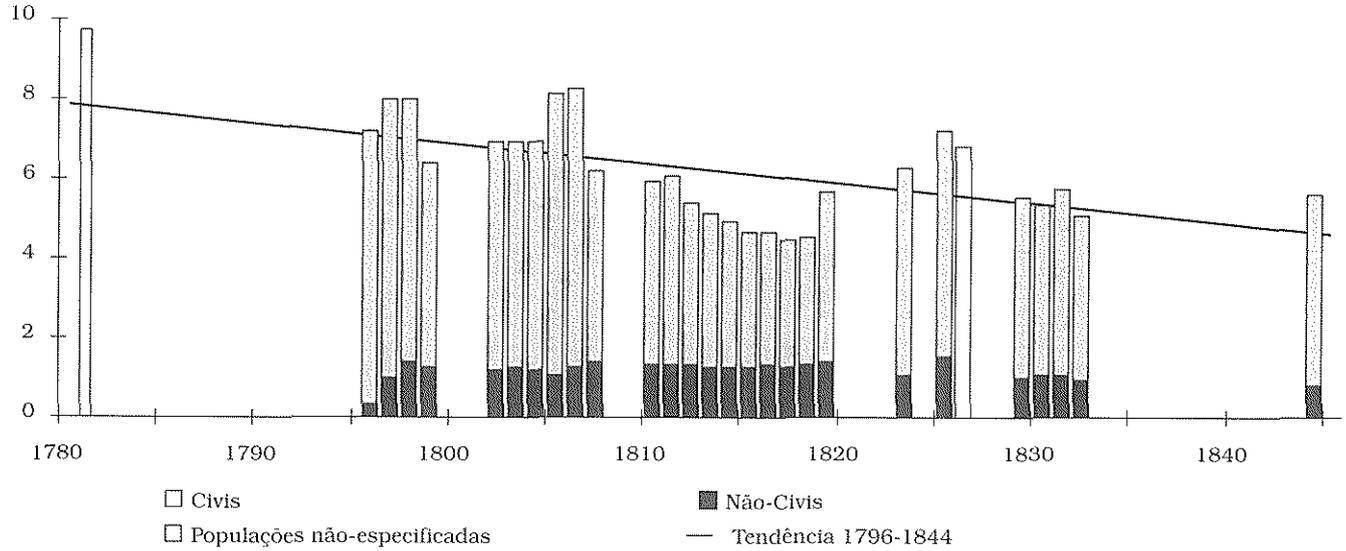
---

<sup>94</sup> Florentino, *Entre Costas Negras*, 72. Em 1826, antes da assinatura, a 13 de Março de 1827, do Tratado que poria fim ao tráfico escravo no Oceano Atlântico, três anos mais tarde, os comerciantes do Rio de Janeiro aumentaram, de forma significativa, a sua procura de escravas vindas da África central ocidental. Veja-se *ibid.*, 54; Eltis, "Fluctuations in the Age and Sex of Slaves," 268-269; e Eltis e Engerman, "Was the Slave Trade Dominated by Men?" 253-254. Contudo, contrariamente a 1808 e 1815, este último aumento pre-1830 não teve o mesmo impacto sobre Luanda, donde os comerciantes de escravos brasileiros se haviam retirado, após 1822.

lugar, levanta muitas questões relativas aos meios de controlo social de uma sociedade capaz de exportar, por ano, um número de escravos superior ao da sua população. Podemos colocar a hipótese de que o poder da estrutura social de Luanda está intimamente relacionado com a continuação do comércio escravo mas que podem ter ocorrido modificações importantes quando as condições económicas se alteraram. Em segundo lugar, tudo aponta para uma relação próxima entre a sociedade exportadora (Luanda) e o seu mercado principal (Rio de Janeiro) no Brasil. Podemos compreender melhor agora que esta proximidade estruturou as duas sociedades e redesenhou a configuração social das mesmas, à medida que as flutuações no comércio modificaram as suas composições sexuais e raciais.

De 1781 a 1844, a população de Luanda não esteve apenas em declínio absoluto, como também sofreu perdas catastróficas. A maior parte destas perdas deram-se entre os civis, em especial entre os escravos negros, e mais precisamente ainda, entre as mulheres escravas. Esta situação pode ser explicada pelo facto de o número de óbitos registados representar uma sub-contagem, e que um número relativamente grande de cativos fugiu da sua vida de escravatura em Luanda. Porém, estes factores não justificam, por si só, o declínio. A principal razão pela qual um grande número de pessoas, especialmente de escravas negras, simplesmente desapareceu dos censos de Luanda deve ser procurada noutra sítio. Como explicamos anteriormente, a causa principal foi uma crescente procura brasileira por novos trabalhadores escravos, em especial mulheres escravas com experiência, necessárias para o trabalho doméstico no Rio de Janeiro. Resumindo, os censos de Luanda mostram uma história demográfica que estava dependente do que se passava no Rio de Janeiro: isto é, o impacto do comércio escravo atlântico não foi unidireccional (os escravos a serem exportados à força para o Brasil) mas atingiu simultaneamente a sociedade exportadora e a sociedade importadora de escravos. Os dois lados deste coeso ambiente económico sul-atlântico estavam organicamente interligados.

Gráfico I – População Civil e Não-Civil  
Luanda, 1781-1844



**Gráfico II – Razão de Masculinidade da População de Luanda, 1781-1844**

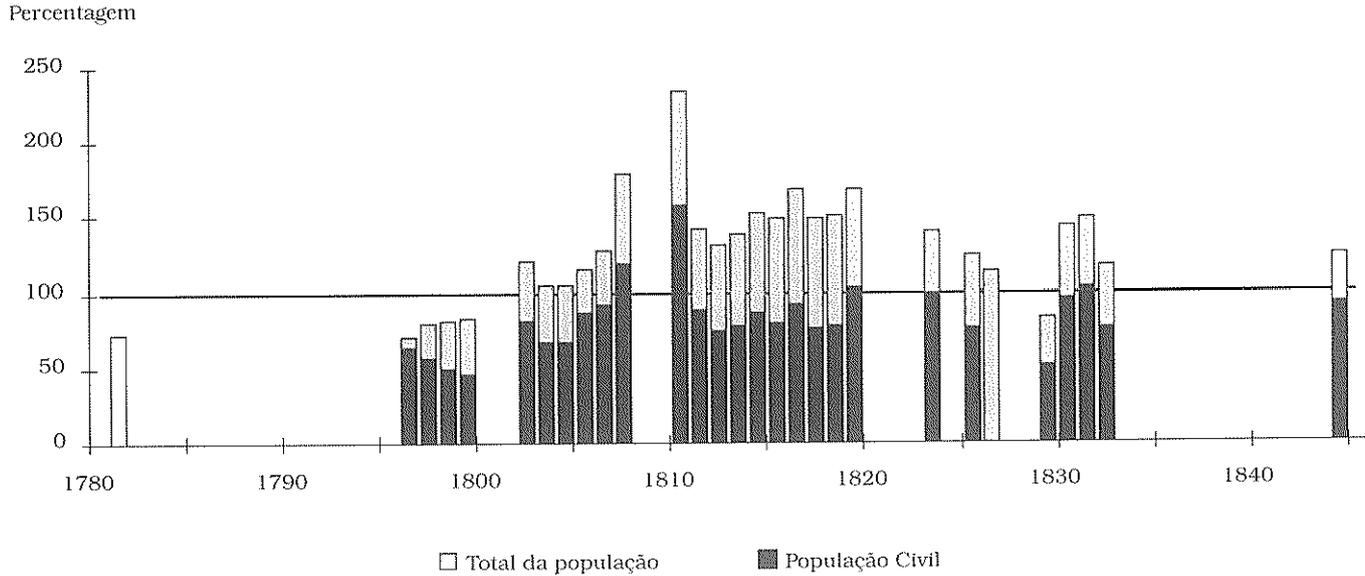


Gráfico III – Distribuição da População Civil por Côr:  
Luanda, 1799-1832

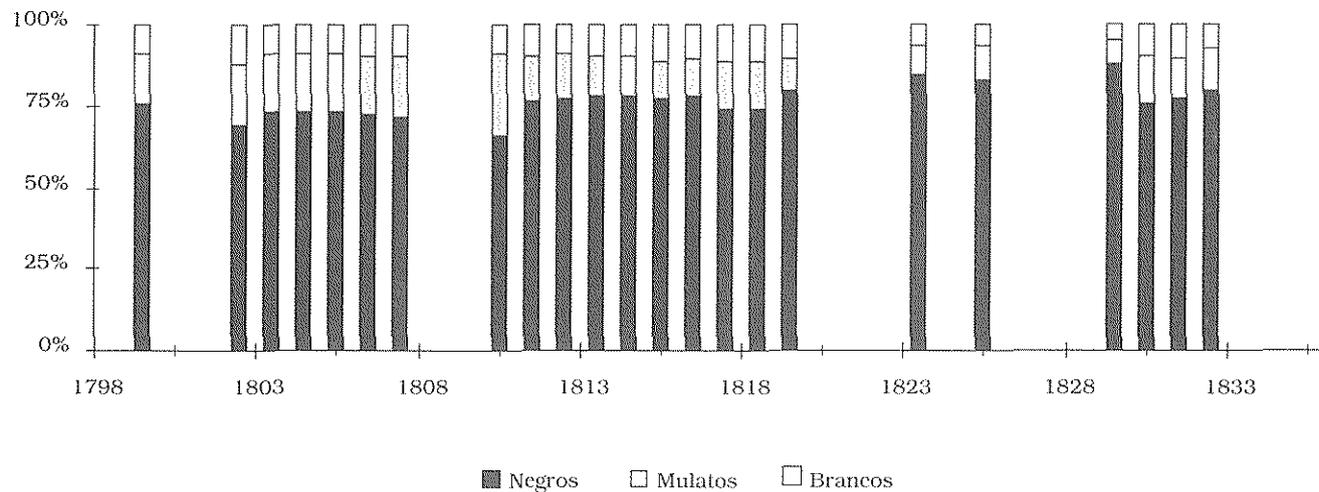
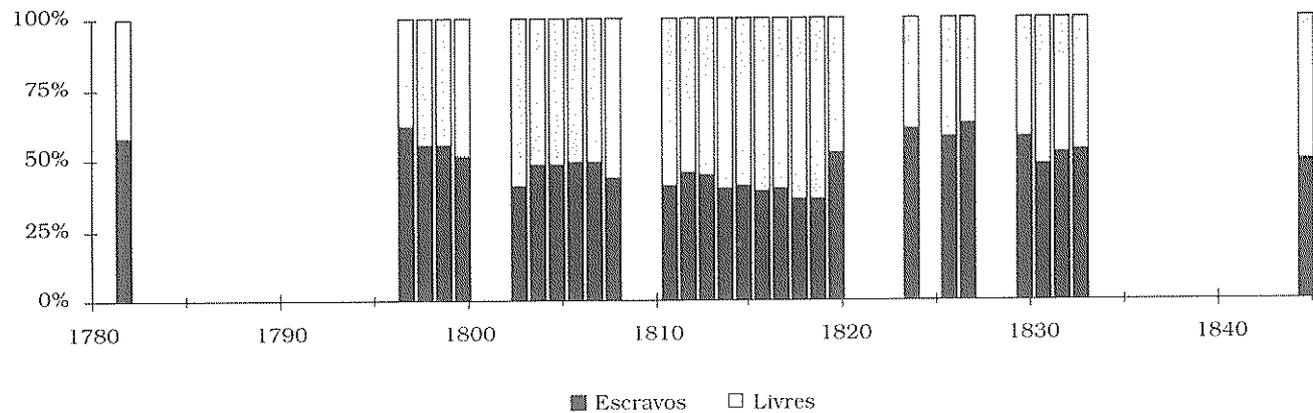
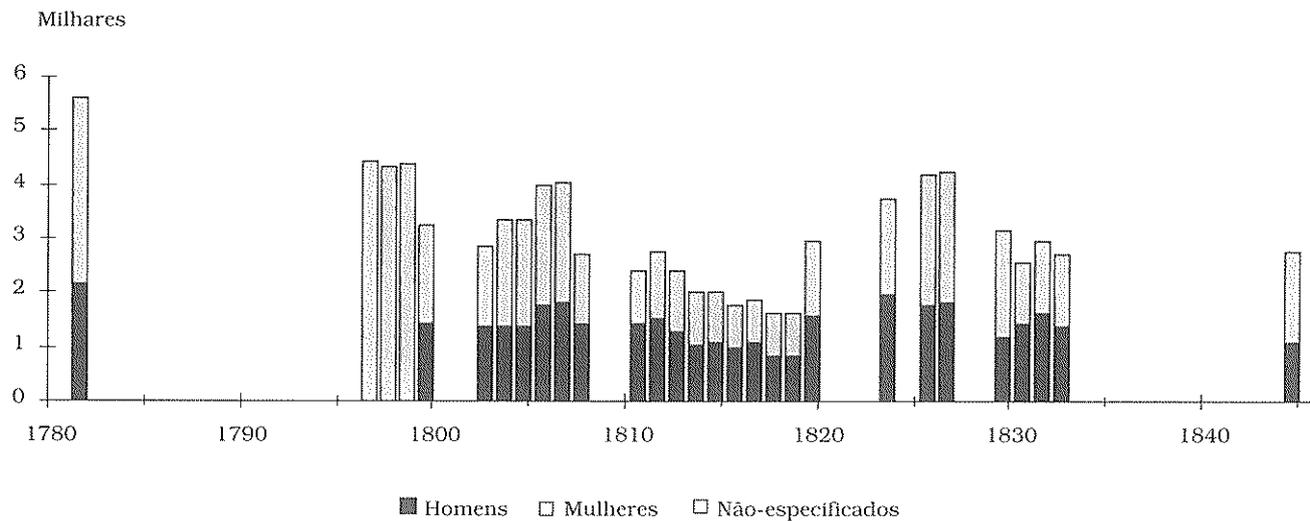


Gráfico IV – Distribuição do Total da População por Condição Social:  
Luanda, 1781-1844



**Gráfico V – População Escrava por Género:  
Luanda, 1781-1844**



**Gráfico VI – Exportações Legais de Escravos, Total da População e População Escrava:  
Luanda, 1781-1844**

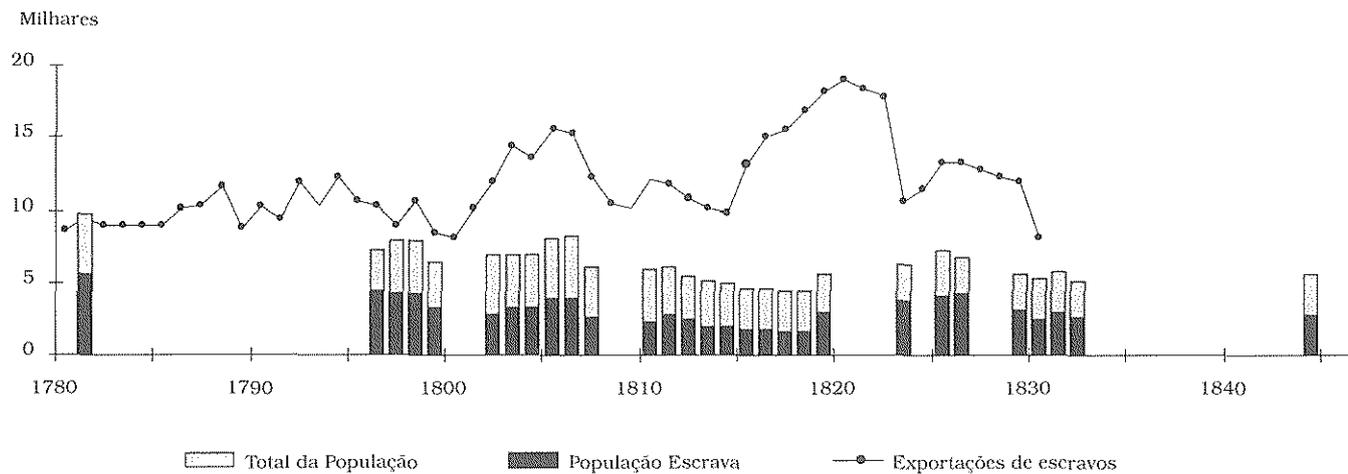


Tabela I – Censos disponíveis no AHN em Luanda, 1773-1844.

Ano	Data de Compilação	Compilador	Localização
1773 [a]	03 Março 1773	n.d.	Cx. 57 - Doc. 34
1781	1781	Jozé de Silva Rego	Cx. 64 - Doc. 63
1796	31 Janeiro 1797	Jozé de A. Castelo Branco	Cx. 86 - Doc. 6
1797	06 Janeiro 1798	Ibid	Cx. 91 - Doc. 41
1798	04 Janeiro 1799	Ibid	Cx. 91 - Doc. 41
1799	01 Janeiro 1800	Ibid	Cx. 94 - Doc. 1
1802	01 Janeiro 1803	António Jozé de Faria	Cx. 105 - Doc. 44
1803	15 Janeiro 1804	Ibid	Cx. 105 - Doc. 44
1804	15 Janeiro 1805	Ibid	Cx. 112 - Doc. 47
1805	01 Março 1806	Ibid	Cx. 117 - Doc. 27
1806	15 Março 1807	Ibid	Cx. 118 - Doc. 21
1807	15 Janeiro 1808	Ibid	Cx. 119 - Doc. 6
1810	15 Janeiro 1811	Ricardo da Silva Rego	Cx. 122 - Doc. 1
1811	15 Janeiro 1812	Ibid	Cx. 124 - Doc. 9
1812	15 Janeiro 1813	Ibid	Cx. 127 - Doc. 1
1813	15 Janeiro 1814	Ibid	Cx. 128 - Doc. 26
1814	15 Janeiro 1815	Ibid	Cx. 130 - Doc. 30
1815	15 Janeiro 1816	Ibid	Cx. 131 - Doc. 14
1816	15 Janeiro 1817	Joaquim A. de Oliveira	Cx. 132 - Doc. 32
1817	10 Janeiro 1818	Ibid	Cx. 134 - Doc. 37
1818	01 Janeiro 1819	Ibid	Cx. 136 - Doc. 19
1819	Janeiro 1820	Ibid	Cx. 138 - Doc. 3
1823	Janeiro 1824	Manuel do N. Pereira	Cx. 144 - Doc. 9
1825	Janeiro 1826	Joaquim A. de Oliveira	Cx. 151 - Doc. 84
1826 [b]	20 Julho 1827	n.d.	Cx. 156 - Doc. 16
1828 [c]		n.d.	
1829	Janeiro 1830	António D. da Silva	Cx. 167 - Doc. 33
1830	Janeiro 1831	Ibid	Cx. 170 - Doc. 1
1831	27 Fevereiro 1832	Ibid	Cx. 174 - Doc. 21
1832	Janeiro 1833	João A. de Moraes Faião	Cx. 176 - Doc. 17
1844 [d]		n.d.	

[a] Censos parciais.

[b] Apenas disponíveis os resumos.

[c] Número total de habitantes por género e condição social em Jean Baptiste Douville, *Voyage au Congo et dans l'intérieur de l'Afrique équinoxiale...1828, 1829, 1830* (Paris, 1832) vol. 1, 9 e 258.

[d] Apenas disponível o resumo em José Lopes de Lima, *Ensaio Sobre a Estatística das Possessões Portuguezas* (Lisboa, 1846) vol. 3, parte 1, 4-A.

**Tabela II – Tabela Tópico dos Censos de Luanda, 1781-1844.**

Ano(s)	1781	1796	1797	1799	1826
			-	-	&
			1798	1832	1844
Sexo	X	X	X	X	X
Grupos etários alargados	X				
Cor	X	X	X	X	X
Civis	X	X	X	X	
Não-Civis		X	X	X	
Nascimentos	X		X	X	X
Casamentos				X	
Óbitos	X		X	X	
Condição Social	X	X	X	X	X
Estado Marital				X	
Domicílios		X	X	X	X
Profissões				X	
Imigrantes			X	X	
Emigrantes			X	X	



1825	7209	53	498	-445	865	757	108	-337	-	-	-
1826	6813	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1829	5541	223	195	28	317	776	-459	-431	-	-	-
1830	5345	15	1	14	1597	939	658	672	6213	-868	-16.2
1831	5708	213	177	36	704	181	523	559	5904	-196	-3.4
1832	5058	93	119	-26	562	818	-256	-282	5426	-368	-7.3
1833-1843	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1844	5605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Média: -8.4  
 Desvio standard: 13.2  
 Coeficiente de variação: -157

NOTAS: - = Não disponível.

\* = Os dados para 1797 estão incompletos. As estatísticas de nascimentos e óbitos são para o período de 27 Julho de 1797 a 1 Janeiro de 1798.

Tabela IV – População Civil e Pessoal Administrativo: Luanda, 1781-1844.

Ano	População de Final de Ano	Taxas Anuais de Crescimento	Pessoal Administrativo	Taxas Anuais de Crescimento	Civis	Taxas Anuais de crescimento
		% *		% *		% *
1781	9755	-	-	-	-	-
1782-1795	-	-	-	-	-	-
1796	7204	-2.00	314	-	6890	-
1797	7976	10.72	1033	228.98	6943	0.77
1798	8013	0.46	1406	36.11	6607	-4.84
1799	6414	-19.96	1272	-9.53	5142	-22.17
1800-1801	-	-	-	-	-	-
1802	6925	2.59	1223	-1.30	5702	3.51
1803	6907	-0.26	1237	1.14	5670	-0.56
1804	6939	0.46	1227	-0.81	5712	0.74
1805	8112	16.90	1052	-14.26	7060	23.60
1806	8243	1.61	1265	20.25	6978	-1.16
1807	6184	-24.98	1367	8.06	4817	-30.97
1808-1809	-	-	-	-	-	-
1810	5908	-1.51	1363	-0.10	4545	-1.92
1811	6051	2.42	1325	-2.79	4726	3.98
1812	5390	-10.92	1312	-0.98	4078	-13.71
1813	5140	-4.64	1293	-1.45	3847	-5.66
1814	4947	-3.75	1281	-0.93	3666	-4.70
1815	4648	-6.04	1278	-0.23	3370	-8.07
1816	4689	0.88	1338	4.69	3351	-0.56
1817	4490	-4.24	1291	-3.51	3199	-4.54
1818	4506	0.36	1314	1.78	3192	-0.22
1819	5680	26.05	1385	5.40	4295	34.56
1820-1822	-	-	-	-	-	-
1823	6256	2.44	1075	-6.14	5181	4.80
1824	-	-	-	-	-	-

1825	7209	7.35	1542	19.77	5667	4.59
1826	6813	-5.49	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-	-
1829	5541	-6.66	980	-10.71	4561	-5.28
1830	5345	-3.54	1038	5.92	4307	-5.57
1831	5708	6.79	1066	2.70	4642	7.78
1832	5058	-11.39	965	-9.47	4093	-11.83
1833-1843	-	-	-	-	-	-
1844 **	5605	0.86	811	-1.44	4794	1.33

Taxas 1781-1844: -0.88

Taxas 1796-1844: -0.52 2.00 -0.75

NOTAS: - = Não disponível.

\* = Calculados usando a equação:  $r = \left( \sqrt[n]{\frac{P_n}{P_0}} - 1 \right) \times 100$

\*\* = Censos incompletos: em 1844 o pessoal administrativo inclui apenas os militares.

**Tabela V – Pessoal Administrativo dividido pelas Categorias dos Censos: Luanda, 1796-1844**

Ano	Militares	% do total	Eclesiásticos	Funcionários Públicos	Total
1796	240	76.4	44	30	314
1797	931	90.1	52	50	1033
1798	1302	92.6	48	56	1406
1799	1154	90.7	37	81	1272
1800-1801	-	-	-	-	-
1802	1099	89.9	38	86	1223
1803	1111	89.8	32	94	1237
1804	1118	91.1	27	82	1227
1805	927	88.1	44	81	1052
1806	1155	91.3	45	65	1265
1807	1238	90.6	50	79	1367
1808-1809	-	-	-	-	-
1810	1251	91.8	36	76	1363
1811	1206	91.0	43	76	1325
1812	1185	90.3	47	80	1312
1813	1167	90.3	45	81	1293
1814	1157	90.3	46	78	1281
1815	1153	90.2	40	85	1278
1816	1210	90.4	43	85	1338
1817	1168	90.5	40	83	1291
1818	1182	90.0	47	85	1314
1819	1268	91.6	33	84	1385
1820-1822	-	-	-	-	-
1823	948	88.2	42	85	1075
1824	-	-	-	-	-
1825	1419	92.0	46	77	1542
1826	-	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-
1829	894	91.2	23	63	980
1830	948	91.3	24	66	1038
1831	973	91.3	27	66	1066
1832	875	90.7	20	70	965
1833-1843	-	-	-	-	-
1844	811	-	-	-	-

NOTA: - = Não disponível.

**Tabela VI – População de Luanda por Género, 1781-1844.**

Ano	Total da População			Civis			Pessoal Administrativo
	Homens	Mulheres	Razão de Masculinidade*	Homens	Mulheres	Razão de Masculinidade*	Homens**
1781	4108	5647	72.7	-	-	-	-
1782-1795	-	-	-	-	-	-	-
1796	2979	4225	70.5	2665	4225	63.1	314
1797	3558	4418	80.5	2525	4418	57.2	1033
1798	3620	4393	82.4	2214	4393	50.4	1406
1799	2912	3502	83.2	1640	3502	46.8	1272
1800-1801	-	-	-	-	-	-	-
1802	3785	3140	120.5	2562	3140	81.6	1223
1803	3530	3377	104.5	2293	3377	67.9	1237
1804	3539	3400	104.1	2312	3400	68.0	1227
1805	4334	3778	114.7	3282	3778	86.9	1052
1806	4612	3631	127.0	3347	3631	92.2	1265
1807	3975	2209	179.9	2608	2209	118.1	1367
1808-1809	-	-	-	-	-	-	-
1810	4140	1768	234.2	2777	1768	157.1	1363
1811	3544	2507	141.4	2219	2507	88.5	1325
1812	3064	2326	131.7	1752	2326	75.3	1312
1813	2981	2159	138.1	1688	2159	78.2	1293
1814	2983	1964	151.9	1702	1964	86.7	1281
1815	2780	1868	148.8	1502	1868	80.4	1278
1816	2940	1749	168.1	1602	1749	91.6	1338
1817	2682	1808	148.3	1391	1808	76.9	1291
1818	2705	1801	150.2	1391	1801	77.2	1314
1819	3560	2120	167.9	2175	2120	102.6	1385
1820-1821	-	-	-	-	-	-	-
1823	3650	2606	140.1	2575	2606	98.8	1075
1824	-	-	-	-	-	-	-
1825	3985	3224	123.6	2443	3224	75.8	1542
1826	3631	3182	114.1	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-	-	-
1829	2525	3016	83.7	1545	3016	51.2	980
1830	3153	2192	143.8	2115	2192	96.5	1038
1831	3419	2289	149.4	2353	2289	102.8	1066
1832	2732	2326	117.5	1767	2326	76.0	965
1833-1843	-	-	-	-	-	-	-
1844	3104	2501	124.1	2293	2501	91.7	811

NOTAS: - = Não disponível.

\* = Número de homens por 100 mulheres.

\*\* = Não há indicação nos censos da presença de mulheres na categoria de pessoal administrativo dos censos.

**Tabela VII – População Civil por Cor: Luanda, 1799-1832.**

Ano	População Civil	Branços	%	Mulatos	%	Negros	%	Mulatos e Negros %
1799	5142	443	8.6	797	15.5	3902	75.9	91.4
1800-1801	-							
1802	5702	710	12.5	1060	18.6	3932	69.0	87.5
1803	5670	512	9.0	1009	17.8	4149	73.2	91.0
1804	5712	521	9.1	1022	17.9	4169	73.0	90.9
1805	7060	660	9.3	1244	17.6	5156	73.0	90.7
1806	6978	661	9.5	1285	18.4	5032	72.1	90.5
1807	4817	487	10.1	869	18.0	3461	71.8	89.9
1808-1809	-							
1810	4545	406	8.9	1150	25.3	2989	65.8	91.1
1811	4726	444	9.4	656	13.9	3626	76.7	90.6
1812	4078	363	8.9	575	14.1	3140	77.0	91.1
1813	3847	382	9.9	474	12.3	2991	77.7	90.1
1814	3666	347	9.5	469	12.8	2850	77.7	90.5
1815	3370	376	11.2	379	11.2	2615	77.6	88.8
1816	3351	361	10.8	388	11.6	2602	77.6	89.2
1817	3199	355	11.1	472	14.8	2372	74.1	88.9
1818	3192	355	11.1	472	14.8	2365	74.1	88.9
1819	4295	443	10.3	438	10.2	3414	79.5	89.7
1820-1822	-							
1823	5181	348	6.7	473	9.1	4360	84.2	93.3
1824	-							
1825	5667	372	6.6	604	10.7	4691	82.8	93.4
1826-1828	-							
1829	4561	238	5.2	332	7.3	3991	87.5	94.8
1830	4307	403	9.4	658	15.3	3246	75.4	90.6
1831	4642	504	10.9	564	12.1	3574	77.0	89.1
1832	4093	309	7.5	530	12.9	3254	79.5	92.5

NOTA: '-' = Não disponível.

**Tabela VIII – População Civil e População Escrava:  
Luanda, 1781-1844.**

Ano	Livres	População Livre como % do		Escravos		População Escrava como % do Total da População	População Escrava como % dos Cíveis
		Total da População	Homens	Mulheres	Total		
1781	4172	42.8	2164	3419	5583	57.2	–
1782-1795	–	–	–	–	–	–	–
1796	2783	38.6	–	–	4421	61.4	64.2
1797	3637	45.6	–	–	4339	54.4	62.8
1798	3651	45.6	–	–	4362	54.4	66.0
1799	3150	49.1	1410	1854	3264	50.9	63.5
1800-1801	–	–	–	–	–	–	–
1802	4093	59.1	1361	1471	2832	40.9	49.7
1803	3560	51.5	1371	1976	3347	48.5	59.0
1804	3587	51.7	1366	1986	3352	48.3	58.7
1805	4133	50.9	1754	2225	3979	49.1	56.4
1806	4206	51.0	1818	2219	4037	49.0	57.9
1807	3487	56.4	1411	1286	2697	43.6	56.0
1808-1809	–	–	–	–	–	–	–
1810	3520	59.6	1444	944	2388	40.4	52.5
1811	3295	54.5	1532	1224	2756	45.5	58.3
1812	2981	55.3	1285	1124	2409	44.7	59.1
1813	3120	60.7	1044	976	2020	39.3	52.5
1814	2929	59.2	1059	959	2018	40.8	55.0
1815	2853	61.4	972	823	1795	38.6	53.3
1816	2814	60.0	1062	813	1875	40.0	56.0
1817	2879	64.1	836	775	1611	35.9	50.4
1818	2902	64.4	836	768	1604	35.6	50.3
1819	2708	47.7	1573	1399	2972	52.3	69.2
1820-1822	–	–	–	–	–	–	–
1823	2502	40.0	1951	1803	3754	60.0	72.5
1824	–	–	–	–	–	–	–
1825	3031	42.0	1779	2399	4178	58.0	73.7
1826	2587	38.0	1802	2424	4226	62.0	–
1827-1828	–	–	–	–	–	–	–
1829	2378	42.9	1161	2002	3163	57.1	69.3
1830	2791	52.2	1407	1147	2554	47.8	59.3
1831	2748	47.8	1607	1353	2960	52.2	63.8
1832	2368	46.8	1395	1295	2690	53.2	65.7
1833-1843	–	–	–	–	–	–	–
1844	2856	51.0	1082	1667	2749	49.0	57.3

NOTA: – = Não disponível.

**Tabela IX – Anos de Fome, Epidemias ou Secas,  
Luanda, 1782-1841.**

<b>Anos</b>	<b>Tipo de desastre</b>
1782-1783	colheita fraca
1785	falta de chuva
1786	falta de chuva/falta de alimento/varíola
1787	falta de chuva/falta de alimento
1788	falta de chuva/falta de alimento/doenças
1789	fome
1790-1792	seca/fome
1793-1794	seca/falta de alimento/varíola/vaga de refugiados vindos do interior
1797	falta de alimento/ vaga de refugiados vindos do interior
1799	seca/falta de alimento/varíola/mortalidade elevada
1800	seca/falta de alimento/varíola
1801-1802	seca/falta de alimento
1803	doenças
1805	varíola
1807-1808	varíola
1811	varíola
1814	varíola
1815	falta de chuva
1816-1817	seca/fome
1822	varíola
1825	seca/falta de alimento/doenças/mortalidade elevada
1826	seca/falta de alimento/mortalidade elevada
1835	praga de gafanhotos
1838	varíola
1841	praga de gafanhotos

*Fontes:* A maioria destes desastres naturais estão documentados em Joseph C. Miller, "The Significance of Drought, Disease, and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa," *Journal of African History* 22 (1982) 17-61 e Jill R. Dias, "Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930," *Journal of African History* 21 (1981) 349-378. As exceções, 1803, 1807-1808, e 1838, estão documentadas em, respectivamente: Governador Fernando António de Noronha para Visconde de Anadia, 17 Junho 1803, in Carlos D. Coimbra, ed., *Ofícios para o Reino (1801-1819): Códices* (Lisboa, 1965) 38; as observações incluídas no "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1807," AHU, Angola, Cx. 119, Doc. 6; e Anónimo, *Exame dos Actos do Ex-Governador de Angola Manuel Bernardo Vidal em Resposta a Exposição Assignada por José António de Miranda Vieira* (Lisboa, 1839) 15.